Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no
sistema prisional**

Márcia de Lima

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública para obtenção do Título de Mestre em Saúde
Pública.**

Área de concentração: Saúde Materno-Infantil

Orientadora: Profa. Dra. Augusta Thereza de Alvarenga

SÃO PAULO

2006

Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional

Márcia de Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do Título de Mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Saúde Materno-Infantil

Orientadora: Profa. Dra. Augusta Thereza de Alvarenga

SÃO PAULO

2006

Agradecimentos

A professora Augusta Thereza de Alvarenga pelas orientações e por acreditar nos desafios do estudo.

A professora Wilza Vieira Villela pelas contribuições, ensinamentos e pelo incentivo.

A professora Eleonora Menicucci de Oliveira pelas contribuições para o desenvolvimento do estudo.

A Doutora Olívia Rangel Joffili pelas orientações e pela atenção.

Ao Dr. Luiz Carlos pela paciência, ensinamentos e prontidão.

Ao Prof. Ivan França Junior, pela torcida, pela colaboração e atenção.

As Assistentes Sociais da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, Lina, Cida, Norma, Maria José, Lourdes e Marcela pela colaboração, apoio e carinho na minha trajetória.

A Dra. Maria da Penha Risola Dias, que possibilitou a realização do presente estudo.

As mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo. O meu respeito e gratidão.

Ao pessoal do Nepaids, onde tudo começou.

A Marilene, Walquiria, Magda, Kátia, Luzia, Emilia, Rosana e demais colegas de trabalho, pela paciência, tolerância e apoio, apesar das minhas resmungações!

A Cathya, Lúcia, Renata, Marília pela alegria e diversão.

E as meninas de Santana: Com açúcar e com afeto! - Na alegria e na tristeza! Janete, Neide, Luzia e Angela, sempre colaboradoras, companheiras de trajetória, amigas de coração. O meu afeto e gratidão!

Aos meus filhos, Caio e Flávia, pelo carinho e pela torcida.

RESUMO

LIMA M. Da visita íntima à intimidade da visita : A mulher no sistema prisional. São Paulo;2006.[Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP]

Até o ano de 2001 mulheres do sistema prisional do estado de São Paulo não tinham o direito a receber seus parceiros para realizar a visita íntima, o que constituía uma das principais queixas e reivindicação das presidiárias, já que para o homem preso isto sempre existiu. Em 27/12/2001 a resolução no. 96 da Secretaria das Administrações Prisionais regulamentou o exercício da visita íntima às mulheres presas assegurando este direito, prescrevendo igualdade de gênero já previstos na Constituição federal. No entanto, há baixa adesão por parte das mulheres em inscrever seus parceiros para a realização da visita íntima. O estudo teve como objetivo compreender os significados da visita íntima, na perspectiva da mulher presa, como também, caracterizar o perfil das mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo (PFC), do ponto de vista sócio-demográfico, prisional e familiar/conjugal. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa. Foram consultados 655 prontuários das mulheres da PFC, das quais são bastante jovens, da raça branca e de baixa escolaridade. Referem ser solteiras e não ter companheiro. A maioria das mulheres está envolvida nos delitos referentes a entorpecentes como também os do roubo e extorsão. Somente 2,6% (17) referiram, nos prontuários, ter o desejo em inscrever o parceiro para a visita íntima. Também foram realizados dois grupos focais, um com mulheres que optaram pela visita íntima e outro com as que não optaram. Não obstante relatos de constrangimento e humilhação, no contexto da visita íntima, os significados da mesma para a mulher da PFC são modelados pelo interesse na manutenção da conjugalidade, pela necessidade de satisfazer o parceiro ou como modo de afirmar a liberdade sexual através da recusa à visita íntima.

Descritores: Visita íntima, Mulheres encarceradas, Relações de Gênero

SUMMARY

LIMA M. The intimate visit to the visit's intimacy: The woman in the prisional system.

São Paulo; 2006. [Dissertation of Master's degree. University of Public Health of USP]

Until the 2001 women's of the system prisional of the state of São Paulo they were not entitled to receive their partners to accomplish the intimate visit what constituted one of the main complaints and the convicts' request, since for the arrested man this always existed. In 27/12/2001 the resolution number 96 of Prisional's Administration Department the exercise of the intimate visit to the women arrested assuring this right, prescribing gender equality already foreseen in the Federal Constitution. However, there is low adhesion on the part of the women in enrolling their partners for the intimate visit's accomplishment. The study looked for to know who they are the women of the Feminine Prison of the São Paulo City (PFC), of the socialdemographic point of view, prisional and family / matrimonial, as well as to understand the intimate visit's meanings, in the woman's perspective arrested, so much of the ones that chose or not for the same. That was a quantitative and qualitative research, were consulted 655 records of the women's PFC, of which are plenty young, of the white race and of low education. They refer to be single and not to have partner. The majority of the women is involved in the crimes regarding narcotics as well as the one of the robbery and extortion. Only 2,6% referred, in the records to have the desire in enrolling the partner for the intimate visit. Also two focal groups were accomplished one with women that opted for the intimate visit and the other with the ones that didn't choose. The intimate visit's meanings for the woman of PFC are marked strongly by the gender relationships, where the conflict among the need of accomplishing the sexual encounter it is related to the maintenance of the matrimonial with the need of the man's satisfaction. Subjects as embarrassment and humiliation are present in the little adhesion to intimate visit's Program as well as the institutional rigidity.

Key words: intimate visit, imprisoned women, gender relationships

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO -----	6
1.1 – SOBRE A ESCOLHA DO TEMA-----	6
1.2 – A MULHER NO SISTEMA PRISIONAL-----	10
1.3 - ESPAÇO PRISIONAL E A VISITA ÍNTIMA-----	17
2 – OBJETIVOS-----	21
3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS-----	22
3.1 – DESENHO DO ESTUDO-----	22
3.2 – LOCAL DO ESTUDO-----	24
3.3. – LEVANTAMENTO DOS DADOS QUANTITATIVOS-----	26
3.4 – LEVANTAMENTO DOS DADOS QUALITATIVOS-----	29
3.5 – CUIDADOS ÉTICOS-----	32
4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO-----	33
4.1 – DA LEITURA DOS PRONTUÁRIOS AO CONVÍVIO COM A DINÂMICA DO PRESÍDIO-----	33
4.2 – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DE MULHERES DA PFC-----	38

4.3 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PRISIONAL DE MULHERES DA PFC-----	47
4.4 – CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR E CONJUGAL DE MULHERES DA PFC-----	54
5 - DA VISITA ÍNTIMA À INTIMIDADE DA VISITA-----	58
5.1 – A VISITA ÍNTIMA-----	63
5.2 – ACERCA DOS CONTEÚDOS DAS FALAS DAS MULHERES-----	69
5.3 – SIGNIFICADOS DA VISITA ÍNTIMA NA PERSPECTIVA DO DISCURSO COLETIVO-----	73
5.4 – SIGNIFICADOS DA VISITA ÍNTIMA NA VISÃO PESSOAL DE MULHERES-----	77
5.5 – SIGNIFICADOS DA VISITA ÍNTIMA EM RELAÇÃO AO ESPAÇO INSTITUCIONAL-----	80
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	84
7 – REFERÊNCIAS-----	87
8 – ANEXOS-----	92

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - SOBRE A ESCOLHA DO TEMA:

As motivações iniciais para o presente estudo surgiram a partir do ano de 2001, como parte das atividades desenvolvidas pela equipe de prevenção do Serviço Ambulatorial Especializado em Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids (SAE) – Santana, da Prefeitura do Município de São Paulo, no qual estou inserida.

Os primeiros contatos, indiretos, com a população carcerária foram com mulheres parceiras de presos que participavam de atividades educativas na Coordenação dos Estabelecimentos Penitenciários de São Paulo (COESP), que se localizava nos espaços da extinta Casa de Detenção do Carandiru. As atividades foram desenvolvidas com diversos grupos de mulheres, que tinham seus parceiros presos em diferentes penitenciárias do Estado de São Paulo.

Os conteúdos trabalhados estavam voltados às informações sobre DST e Aids, o uso de preservativos e discussões em relação à visita íntima (o encontro sexual do casal) nos presídios. Um universo desconhecido para a nossa equipe, complexo e rico em diversidade diante da vivência da sexualidade em ambientes confinados.

À medida que o contato com os profissionais da COESP se expandia e a confiabilidade no trabalho se afirmava, as atividades de prevenção às DST e Aids começavam a ganhar credibilidade e, assim, iniciava-se um primeiro contato com a Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, também situada na região norte , no bairro do Carandiru.

No ano de 2002, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, a referida equipe foi convidada para conhecer a Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo e conversar com um grupo de mulheres, que haviam ingressado na mesma, vindas de outras instituições prisionais e que passavam pelo período de estágio. O estágio é um período de 30 dias considerado como de adaptação e conhecimento das regras da instituição, onde o grupo não tem contato com outras presas e nem com familiares.

Entrar pela primeira vez na penitenciária feminina causou um impacto muito grande na equipe. Os portões de ferro, os cadeados, o corredor administrativo com mulheres conversando aflitas com advogados gerou, nos membros da equipe, diversos tipos de sentimentos: o medo, a insegurança, a tristeza e a vontade de sair o mais rápido daquele lugar.

Conhecemos a diretoria e os técnicos que estavam envolvidos diretamente com a recepção do grupo de estagiárias. Passamos a conhecer parte das instalações da penitenciária, o ambulatório médico, a cozinha, algumas áreas de trabalho e a escola, local este onde realizaríamos os encontros com as mulheres presas.

Passado o primeiro impacto, novos sentimentos surgiam: a curiosidade de ver mulheres jovens, disciplinadas, trajando uniforme – calça bege, camiseta branca e batom, chamava-nos atenção.

O propósito de estar falando sobre o dia internacional da mulher, num ambiente como aquele, parecia completamente sem sentido. Apresentamo-nos ao grupo e pedimos que fizessem o mesmo. Confirmada nossas impressões, constatamos que as mulheres daquele grupo de estágio eram muito jovens, a maioria com uma escolaridade média, algumas universitárias. Eram participativas e comunicavam-se facilmente.

Falamos um pouco sobre os objetivos de estarmos com elas e iniciamos as atividades trabalhando as questões relacionadas à saúde, epidemia da aids, DST e à prevenção.

O grupo interagia muito com a equipe e a conversa direcionava-se a uma questão que nos pareceu relevante: a mulher presa não ter direito a visita íntima, sendo esta um privilégio, definição delas mesmas, somente dos homens encarcerados.

Tal tema provocava uma grande polêmica nos grupos. A maioria das mulheres colocava sua indignação em relação ao não direito à visita íntima, enquanto uma minoria defendia que era correto a mulher não ter este direito.

As discussões entre as opiniões divergentes, a respeito do direito ou não da visita íntima, permeavam valores relacionados às possibilidades de igualdade perante o desejo das mulheres em ter o encontro sexual com o parceiro ou parceira, como também as que não concordavam, numa minoria, reportavam o fato de que naquele

contexto as mulheres, de um modo geral, não iriam respeitar o espaço de intimidade das outras.

A partir deste primeiro contato, estabelecemos encontros sistemáticos com outros grupos, firmando uma parceria entre nossa equipe e a Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo.

Novos grupos surgiram, tanto de mulheres no estágio como também de mulheres que já estavam presas há algum tempo nesta penitenciária. As discussões estavam sempre relacionadas ao mesmo assunto: a mulher presa não ter direito à visita íntima.

A partir do ano de 2001, as mulheres detentas em penitenciárias e presídios de São Paulo tiveram assegurado o direito ao recebimento de visita íntima, de acordo com a publicação da resolução no.1, de março de 1999, que recomendava aos Departamentos Penitenciários Estaduais o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, prescrevendo igualdade de gênero já prevista na Constituição Federal (BARBOSA, 1999).

A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP - destacava, em diversos relatórios, que a falta desse direito era uma das principais queixas das presidiárias, o que também observamos durante os trabalhos realizados, conforme mencionado. Referidos relatórios ressaltavam, ainda, que esta conquista é considerada uma grande vitória da Comissão dos Direitos Humanos, conforme citação da revista Consultor Jurídico, 2002. Em 27 de dezembro de 2001, a Resolução no. 96, de 27 de dezembro de 2001, da Secretaria das Administrações Penitenciária (SAP), regulamentou o exercício da visita íntima às mulheres presas.

Com o desenvolvimento dos trabalhos, tivemos a oportunidade de observar o processo de implantação do Programa de Visita Íntima na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo. Observamos que diferentes motivações levavam as mulheres a considerarem o significado da visita íntima em suas vidas, em situação de confinamento.

As discussões nos grupos passaram, então, a ser focalizadas em relação à maneira como aconteceria o Programa de Visita Íntima e as regras para a realização deste encontro.

Durante o período de organização para o início do Programa de Visita Íntima, o que nos causou um grande estranhamento foi o fato de que das 597 presas, naquela época, somente 28 mulheres se inscreveram para este Programa, com uma tendência a diminuir, chegando, em alguns meses, a 23 mulheres inscritas, conforme relato da profissional do referido Programa.

Diante de tal fato, a discussão sobre visita íntima apresenta-se relevante para o processo investigativo pois se, por um lado, temos o não direito como principal queixa, de outro, temos a baixa adesão ao Programa de Visita Íntima, quando esta parecia ser uma solicitação da mulher em situação de confinamento. Para tanto, partimos para elaboração da presente pesquisa com as seguintes indagações: quem são as mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo e quais os significados da visita íntima para as mulheres presas nesta penitenciária?

1.2 - A MULHER NO SISTEMA PRISIONAL:

A Lei de Execução Penal (LEP) prevê, em seus artigos, diferentes tipos de estabelecimentos penitenciários, assim como áreas de serviços para atividades do tratamento reeducativo. Entretanto, é reconhecida a precariedade das condições nos presídios brasileiros. A superlotação e a inexistência de vagas são motivadoras de revoltas, de violência, assim como a falta de acesso à saúde, a ausência de atividade, compõem uma série de fatores que, segundo Fier (2001), geram conseqüências tanto para os detentos, quanto para sua rede social.

Em 1988, a Human Rights Watch, a maior entidade em defesa dos direitos humanos, examinou as condições dos presídios brasileiros, dando origem ao documento “O Brasil atrás das grades”, onde constata que as condições carcerárias no Brasil são bastante deficientes no que se refere às instalações; problemas com a superlotação, embora varie de instituição para instituição.

Em relação aos presídios femininos, as mesmas dificuldades são enfrentadas: os maus-tratos, a superlotação, a estrutura física, a falta de higiene, falta ou deficiência na assistência médica, a violência, a discriminação, bem como a inadequação de políticas específicas para as mulheres.

Na história dos presídios femininos observa-se que, na América Latina, a maioria era administrada por freiras católicas, inclusive a Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, até 1980. Atualmente, apresentam melhores condições no seu quadro de funcionários, assim como na manutenção dos prédios em relação aos presídios masculinos.

Existe superlotação nos presídios femininos, pelo número insuficiente de Unidades, como também, devido à localização dos mesmos como formas improvisadas, ou seja, prédios adaptados, construídos para outros usos. O Presídio Feminino de João Pessoa está localizado em um ex-convento, por exemplo, e outros são pequenos anexos adjacentes às prisões masculinas (MAGNABOSCO, 1998). Desta forma, os presídios femininos possuem, geralmente, pouca área de lazer, como quadras esportivas, pátios e jardins.

Vale considerar, no entanto, que a questão da superlotação, nos presídios femininos, está sobretudo relacionada ao crescente cenário criminal em que a mulher vem progressivamente se inserindo em nossa sociedade ao longo do tempo. A criminalidade é um fenômeno, na atualidade, relacionada a diferentes aspectos, porque perpassa a diferentes segmentos sociais, contextos históricos, onde a mulher amplia sua participação na sociedade, inclusive no crime.

Ao observarmos a situação da mulher no sistema prisional, apresenta-se-nos como um dilema tratar sua condição em tal espaço pois, se à mulher sempre coube o cuidar da família, dos filhos, dos afazeres domésticos e a sua identidade associada no imaginário social, como dócil, frágil e honesta, como poderia estar num espaço de confinamento, em decorrência do não cumprimento das regras sociais?

Mulher e prisão são temas “sensíveis” que demandam sentimentos e julgamentos contraditórios. Uma vez condenada ela viverá, de certa forma, a sua própria condenação, como também a dos outros que lhe são próximos.

Se a história das lutas e conquistas das mulheres, como sujeito de direitos, sempre esteve ligada aos Direitos Humanos, no caso da mulher em situação de confinamento, esta não parece evidenciar-se com tanta proeminência.

Segundo BUGLIONE (2000), alguns estudos revelam que modelos de direito codificado não prevêm, historicamente, a questão do feminino, proporcionando um “vício” de comportamento no sistema prisional, o que tem gerado iniquidade através da adoção de um parâmetro de ser humano que é masculino.

Em seu estudo sobre “A mulher enquanto metáfora do direito penal”, BUGLIONE (2000), considera que as normas penais, a sua execução e as formas de controle foram estruturadas a partir de uma perspectiva masculina que desconsidera as especificidades do feminino. Neste sentido, esta igualdade estrutural reflete diferenças sobre alguns aspectos relacionados à vida prisional de homens e de mulheres, onde a opressão de gênero se evidencia, principalmente, em relação à sexualidade.

Até 1999, não havia regulamentação para as mulheres do sistema prisional receberem seus parceiros para a visita íntima, enquanto para os homens presos isto sempre ocorreu. As argumentações contrárias à visita íntima para as mulheres, embora não haja registros escritos, a fala recorrente, entre presas e funcionários da

Instituição, eram pelos seguintes motivos: mulher engravida, as necessidades sexuais são diferentes das dos homens e, portanto, ele precisa mais das relações sexuais, pois, assim, se acalma, evitando rebeliões.

Sendo assim, a mulher em situação de aprisionamento leva para a prisão os estereótipos sócio-culturais já introjetados na sua existência, além de ganhar outros, ao infringir o papel que lhe é determinado ao longo da história da sociedade, como companheira e mãe, devendo estar ao lado da família, no espaço privado, doméstico, e não no espaço prisional.

A criminalidade feminina, bem como a prostituição, até o final do século XVII estava relacionada com a bruxaria, porque tinha-se a idéia de que toda mulher era uma feiticeira (MAGNOBOSCO, 1998).

A constituição de um estereótipo, no caso, a feitiçaria, era entendida como uma conduta prioritariamente feminina e assim essa era julgada. Nesse sentido, o discurso jurídico e os meios de operacioná-lo não são, historicamente, imparciais ou neutros e os julgamentos, muitas vezes, são de acordo com o comportamento esperado, principalmente tratando-se da mulher (BUGLIONE, 2000).

A prostituição surge, também, como uma outra face da criminalidade feminina, que agride os padrões culturais e que desrespeita o papel da mulher ideal, da mãe de família, da esposa submissa.

Portanto, o crime feminino, num sentido mais abrangente, toma como referência as normas de comportamento do tempo e, assim, incrimina-se a natureza feminina, a eterna pecadora (BUGLIONE, 2000).

Procurando reter a natureza dos delitos praticados pelas mulheres, BUGLIONE (2000) observa, ainda, que a criminalidade feminina sempre esteve relacionada ao que se pode chamar de “delitos de gênero” como por exemplo aborto, infanticídio, homicídios passionais, exposição ou abandono do recém-nascido para ocultar desonra própria, furto e aqueles relacionados aos delitos dos parceiros. A autora ainda destaca a inexistência de poucos estudos e de políticas criminais direcionadas às mulheres presas, o que denota a invisibilidade em relação a esta população.

Em pesquisa realizada por ILGENFRITZ (2000), no Rio de Janeiro, entre 1999 e 2000, com 548 mulheres no sistema penitenciário daquele estado, constatou-

se um aumento de mulheres encarceradas por envolvimento no tráfico de drogas, seja como usuárias ou como traficantes, passando de 32,6%, em 1988, para 56,1%, em 2000. Importante observar que tal tendência decorre do progressivo alastramento do tráfico de drogas no Rio de Janeiro e no mundo, que passou a seduzir também as mulheres. Por outro lado, vale considerar tanto a existência de flexibilização dos costumes em relação à mulher, como o fato de a mesma ter uma função específica neste delito.

Na rede de tráfico de drogas a mulher exerce função subsidiária ou subalterna mas relevante para sua finalidade. Cerca de 50 % das mulheres estudadas referiu ser a pessoa que transporta a droga (avião ou mula), (vapor) que negocia pequenas quantidades no varejo, (assistente/fogueteira) que controla a presença da polícia, (bucha) (a pessoa que está presente na cena em que são efetuadas as prisões de alguém envolvido), 27% das mulheres e outras 10,7% como cúmplices. Poucas se apresentaram nos papéis principais, ou seja como: “traficantes”, “abastecedora/distribuidora”, “caixa/contabilidade”, “gerente e dona de boca”.

O fato é que a mulher, ao ocupar uma posição subalterna no tocante às drogas, a torna mais vulnerável à política de repressão do tráfico, tanto em relação à polícia quanto aos homens traficantes, pois possuem poucos recursos para o enfrentamento quando capturadas (ILGENFRITZ, 2000).

O envolvimento com o crime, seguido de dificuldades financeiras, falta de emprego e o atrativo pelo dito fácil dinheiro da droga, frequentemente está relacionado à influência de terceiros, quase sempre homens com quem tinham fortes vínculos afetivos (maridos, companheiros, namorados, filhos). As histórias de vida, analisadas por ILGENFRITZ (2000), apontam que o tráfico não chega a ser uma opção, uma livre escolha da mulher, mas no contexto da necessidade e imposição do próprio meio em que vivem. A maioria das mulheres pesquisadas pela autora eram procedentes de favelas e dos bairros periféricos do Rio de Janeiro, onde impera o tráfico de drogas.

Um outro dado importante da pesquisa de ILGENFRITZ (2000), é que muitas mulheres foram presas nas portas das unidades prisionais quando tentavam transportar drogas para dentro dos presídios, principalmente masculinos, por ocasião da visita.

Neste sentido, o presente estudo, ao tomar como objeto a visita íntima, implica considerar uma gama variada de questões específicas, cuja complexidade apresenta-se como desafio para se pensar as possibilidades de concretização dos direitos, equidade de gênero, conjugada com os significados do ser mulher e da intimidade na situação de confinamento, como também traçar o perfil destas mulheres por se tratar de uma população pouco conhecida.

Embora conferências internacionais sobre Populações e Desenvolvimento como Cairo, em 1994, e a IV Conferência Mundial da Mulher Beijing, em 1995, tenham demarcado avanços na reflexão sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos como uma questão de controle da mulher sobre o seu corpo, encontramos ainda muitas dificuldades na incorporação de políticas que de fato os considerem como um direito, pois, tais conceitos estão relacionados às questões religiosas, culturais e, principalmente, as relações de gênero e aos papéis socialmente construídos em relação a homens e mulheres (CORRÊA e PETCHESKY, 1996), o que é fortemente observado nos presídios.

Na situação de confinamento vamos nos deparar com barreiras maiores à concretização destes direitos, embora haja o reconhecimento jurídico de que “*a pessoa presa conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral*” (GOMES, art. 38, 2002).

A análise global da situação carcerária no Brasil indica que o respeito aos direitos humanos estão constantemente sendo violados ou simplesmente desconsiderados e em relação à mulher vivendo em presídios, temos uma longa história marcada por desigualdades e discriminação, que limitam e impedem a elaboração de políticas que fundamentem e sustentem ações que garantam direitos e assegurem melhores condições de vida.

Discutir sobre a sexualidade, no contexto da privação de liberdade, parece ser assunto que passou a ser considerado com um pouco mais de atenção há bem pouco tempo, mesmo porque, como mencionado, a mulher presa não tinha o direito à visita íntima e, dado a não regulamentação, portanto, seu direito sexual não era reconhecido na sociedade.

Conforme já observado, em 27 de dezembro de 2001, a Secretaria das Administrações Penitenciária regulamentou o exercício da visita íntima às mulheres, pondo fim aos quase 20 anos de violação e garantias constitucionais em relação aos direitos sexuais das mulheres presas.

Não podemos desconsiderar alguns entraves estruturais dos presídios que dificultam ou mesmo podem impossibilitar o cumprimento destes direitos. Neste sentido é que se apresenta como idéia básica da investigação, o pressuposto de que se ainda temos dificuldades para reconhecer direitos sexuais e reprodutivos na sociedade em geral, tais dificuldades se agravam numa situação de confinamento, da mulher, principalmente pelo estigma e implicações relacionados ao feminino quando o assunto refere-se ao sexo e à vivência da sexualidade.

A gravidez, o pré-natal, o parto, a amamentação, a separação da mãe do bebê e o destino da criança constituem um dos grandes obstáculos à visita íntima, trazendo dilemas, de difícil consenso e “boas” soluções, em função dos “riscos” envolvidos.

No entanto, o acesso ao cuidado à saúde integral da mulher, com oferecimento de exames, acompanhamento a tratamentos, assim como ações educativas e de prevenção, constituem igualmente dificuldades e desafios à vida sexual de mulheres encarceradas e deveriam se colocar na ordem do dia como política pública indispensável por parte do Estado, como questão de direito das mulheres.

Pesquisas indicam, por exemplo, que as doenças sexualmente transmissíveis são uma ameaça séria à saúde das detentas, indicando que a doença atinge uma porcentagem mais alta de mulheres do que de homens encarcerados:

CARDOSO JR, (2001), no Boletim de Direitos Humanos, refere que vários estudos têm revelado altas prevalências do vírus HIV na população prisional no Brasil e no mundo. Os fatores de risco estão relacionados tanto ao comportamento sexual sem proteção, como também pelo uso de drogas injetáveis.

STRAZZA et. al (2003), em estudo sobre a vulnerabilidade das DST/Aids em detentas de uma penitenciária feminina de São Paulo, relata que a sífilis ocupa um papel de destaque: 22,8% (66/290) tiveram sorologia positiva para sífilis; 13,9% (37/267) para o HIV e 16,2% (47/290) para a Hepatite C.

Nos presídios femininos de Nova Iorque (EUA), entre 1983 e 1987, a taxa de prevalência de sífilis era de 22%. Entre 1991 e 1997, passou para 25%, o que reproduz uma tendência de alta prevalência da infecção, como também em outros países (BICKEL, 1991 e BLANK, 1999).

Portanto, o panorama delineado sugere a existência de questões a serem consideradas pela saúde pública, em relação à mulher em situação de confinamento, apontando para a importância de estudos que dêem visibilidade à população feminina confinada, até hoje não considerada em suas práticas.

1.3 – ESPAÇO PRISIONAL E A VISITA ÍNTIMA

Ao discutir a criminalidade feminina, SOARES (2002) assinala que esta questão sempre foi permeada de estereótipos e noções de menos-valia da mulher. Desta forma, a criminalidade feminina continua a ser um tema pouco explorado.

Em se tratando de espaço prisional e de visita íntima, vamos nos deparar com aspectos importantes em relação à mulher, que além de estar num espaço historicamente compreendido como masculino, também passaria a expressar seu direito ao exercício de sua sexualidade.

Se por um lado, a visita íntima pode representar uma conquista, ela parece encerrar limites para sua concretização, uma vez que vai além do simples desejo das mulheres em poder optar pela mesma.

Remete, no caso brasileiro, à permanência de traços culturais no imaginário das mulheres, que as prendem ou podem prendê-las à manutenção de relações tradicionais de gênero, mesmo dispondo de um contexto onde as possibilidades de usufruto de novos direitos se anunciam e são institucionalizados, como é o caso da Resolução no. 96/01, já mencionada, que assegura o direito à mulher ao recebimento de visita íntima nos presídios.

Esta constatação apresenta-se de maneira clara em pesquisa realizada sobre o tema e que focam mulheres das classes populares às quais pertencem, majoritariamente, as mulheres confinadas nas penitenciárias e presídios brasileiros.

Este é o caso, por exemplo, da pesquisa de SOUZAS e ALVARENGA (2001), que analisou a vida conjugal de mulheres de baixa renda na cidade de São Paulo. Com base na perspectiva teórica de GIDDENS (1993), sobre a presença da sexualidade plástica na sociedade moderna, as autoras constatarem que o diálogo, ainda que valorizado como atributo necessário à socialização conjugal, não se apresenta como constitutivo das relações vivenciadas pela maioria das mulheres investigadas..

O que as autoras constatarem é que, no âmbito da intimidade e da sociabilidade conjugal, o exercício do poder, revelado na fala das mulheres, é masculino. Por agirem dentro de uma lógica relacional rígida e hierarquizada, as mulheres estão

aprisionadas a um discurso moral com relação às experiências sexuais que, segundo as autoras, teria relação também com a sua condição social.

Gênero e poder podem ser melhor observados no trabalho de SCOTT (1991), que considera o conceito de gênero como um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos como também uma forma primeira de significar as relações de poder.

Assim, a idéia presente de que as mulheres detentas têm o direito de usufruir uma vida afetiva e sexual, na medida em que os presídios, através de leis e normas, facultam esse direito, não se relaciona diretamente com as possibilidades de ocorrência do fato, ou seja, da opção pela visita íntima. Isto porque diferentes ordens de mediações estão presentes nas definições e decisões da mulher detenta em concretizar tal direito.

A primeira delas fala, por assim dizer, de um poder institucional presente na sociedade. Isto porque, o que se constata, no caso da resolução no. 96, de 2001, é que embora a mesma acene com a busca de uma equidade de gênero, tal conquista é relativa na medida em que a visita íntima só pode ser feita em dias e horários pré-estabelecidos, como na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, onde é somente permitida uma vez por mês, num período de duas horas, e dependente da união conjugal prévia, de casamento ou de vínculo marital comprovado.

A desigualdade sancionada pela sociedade e suas instituições é constatada quando se observa que para os homens a visita íntima foi introduzida há muito mais tempo e com regras bastante flexíveis, resultado das próprias práticas instituídas pelos próprios detentos. Neste sentido, para os homens presos à visita íntima possibilita mais encontros e com diferentes parceiras porque não discrimina tipos de vínculo.

Neste contexto pode-se identificar, no caso da visita íntima feminina, a preocupação institucional com o controle da sexualidade e seus “riscos”, tradicionalmente observada em nossa sociedade, o que não ocorre no caso da masculina. Ao lado disso, tal controle também se deve às ligações entre sexualidade e saúde reprodutiva, da gravidez e necessidade de contracepção na perspectiva de saúde pública, vale lembrar também a vulnerabilidade das mulheres às DST e AIDS.

O emprego da palavra sexualidade esteve originalmente, segundo GIDDENS (1993), relacionada a tentativas de se manter sob controle a atividade sexual feminina, por se considerar que as mulheres estavam, mais que os homens, predispostas a tais eventos.

Assim, a exemplo do ocorrido no emprego da palavra sexualidade, pensar a liberdade e o direito à visita íntima a mulher no contexto dos presídios apresenta-se, igualmente, como fonte de preocupação institucional, sugerindo a necessidade de se buscar soluções para a prevenção de suas possíveis implicações.

A asserção de Foucault ganha significado, neste contexto prisional, quando afirma, segundo GIDDENS (1993), que a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não somente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não liberação direta.

A idéia básica que norteou o presente estudo em, relação a esse aspecto, é a de que a introdução da visita íntima às mulheres, nas penitenciárias e presídios, pode representar uma forma diferenciada de expansão do domínio da intimidade na modernidade, isto pelas especificidades que encerra por trazer para o espaço público da prisão, o espaço privado da sexualidade conjugal e o modo como as mulheres lidam com esta dualidade.

Aspetos relevantes que surge em relação à opção pela visita íntima referem-se ao fato de que na afirmação da masculinidade, muitos homens sentem a necessidade de "agir como homens", segundo padrões vigentes na sociedade, o que no caso da presença à visita íntima à parceira confinada, vivendo em um universo tipicamente feminino, poderia representar perda de poder e para empregar a linguagem de GIDDENS (1993), uma flexibilização das relações de gênero, além do aceitável para o mesmo. Considerando o fato de que para muitas mulheres, esse tipo de conduta masculina é não somente esperada, mas aceita sem pressões, sem diálogo, pressupondo a existência do poder masculino, o que poderia possibilitar ou dificultar a opção da mulher pela visita íntima apresentando como mediações sócio-culturais em tal processo de decisão.

A manifestação da emancipação feminina, pela opção ou não da mulher pela visita íntima como direito poderiam representar a existência de relações conjugais mais flexíveis, mais igualitárias, entre homens e mulheres, típicas da modernidade

onde os papéis sexuais e sociais, masculinos e femininos, não estão pré-fixados, mas são objetos de discussão e negociação entre os pares, possibilitando a construção de uma relação mais reflexiva e compartilhada pelo diálogo, segundo GIDDENS (1993).

Finalmente, um outro aspecto que poderia mediar a decisão da mulher detenta, em relação à visita íntima, seria o próprio ambiente de confinamento, porque, pode proporcionar valores e códigos próprios, decorrentes das relações compartilhadas pelo conjunto de detentas, pela sobrevivência, pela carência, pelo desejo. Isso levaria muitas mulheres a considerarem, no momento da opção, uma dupla referência, de um lado, a de suas relações com a família e o parceiro, de outro, a das novas relações instituídas no interior do presídio, no caso, as parcerias afetivas entre mulheres.

O espaço prisional e visita íntima passam por diferentes significados e considerar a questão da autonomia da mulher em relação às decisões sobre a sua sexualidade requer considerar a mulher como “sujeito sexual”, na perspectiva adotada por PAIVA (1999), ou seja, a mulher como agente ativa da sua vida sexual e afetiva.

Diante das diferentes possibilidades da realização ou não da visita íntima nos presídios femininos, consideramos que este estudo possa sobretudo dar voz às mulheres presas e dar visibilidade a alguns aspectos do que significa ser mulher e as suas relações com o mundo de fora e o com o mundo da prisão, contribuindo para a discussão acerca da intimidade e seus significados no espaço de confinamento.

2 - OBJETIVOS:

Caracterizar o perfil sócio-demográfico, prisional e familiar das mulheres presas da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo.

Compreender os significados da visita íntima na perspectiva de mulheres presas que optaram ou não pela mesma.

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 – DESENHO DO ESTUDO

Destacamos, novamente, as dificuldades em encontrar estudos que abordassem a questão do feminino e o cárcere. Para tanto, lançamos mão de autores sobretudo da área das ciências sociais, muito embora a maioria dos estudos encontrados estivesse relacionada ao campo jurídico ou a problemas de saúde em geral.

Para a caracterização do problema da investigação e interpretação dos dados, utilizamos revisão bibliográfica que priorizasse autores com estudos recentes sobre a questão prisional feminina, tais como: ILGENFRITZ (2000), BUGLIONE (2000), MOKI (2005), FRINHANI E SOUZA (2005), entre outros. Também recorremos a estudos que consideramos referência importante para abordar a questão prisional como, por exemplo, GOFFMAN (1961), FOUCAULT (1987), SALLA (1995), MAGNABOSCO (1998), LEMGRUBER (1999).

Outras fontes de dados foram utilizadas, como o Censo Penitenciário 2002, Revista Consultor Jurídico, matérias jornalísticas, o Código Penal Brasileiro, a Resolução no. 96, 2001, que regulamenta o exercício da visita íntima, informativos da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), relatórios da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso (FUNAP).

Considerando o problema da investigação e os objetivos propostos, a presente pesquisa é de natureza tanto quantitativa quanto qualitativa. A coleta de dados foi organizada em duas fases consecutivas e tomou como população de estudo mulheres presidiárias da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo (PFC).

Os dados dos prontuários foram coletados com o objetivo de descrever o perfil sócio-demográfico, situação prisional e conjugal/familiar das mulheres presas na PFC.

Na busca pela compreensão dos significados da visita íntima para a mulher em situação de confinamento e os sentidos desta intimidade, elegemos, numa segunda fase, a pesquisa qualitativa, tendo em vista, como bem afirma MINAYO (2000,p.34,35) “... *Que a realidade vai além dos fenômenos percebidos pelos nossos*

sentidos, [o que leva pesquisadores a trabalharem] trabalham com dados qualitativos que trazem para o interior da análise, o subjetivo e o objetivo, os atores sociais e o próprio sistema de valores do cientista, os fatos e seus significados, a ordem e os conflitos”

Simultaneamente ao levantamento dos dados dos prontuários, o estudo também utilizou a observação participante como estratégia metodológica, visando a compreensão a respeito da dinâmica do local e as percepções sobre a realidade e as relações entre os sujeitos no dia a dia institucional.

A observação participante possibilita, segundo BECKER (1999, p.48), “*a compreensão de uma organização específica ou um problema substantivo, em vez de demonstrar relações entre variáveis abstratamente definidas*”. Ela caracteriza-se pelo contato direto do pesquisador com o contexto observado com a finalidade de obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto, o que permite captar uma variedade de situações que não são obtidas por meio de perguntas e que, observadas diretamente, poderão registrar o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (OLIVEIRA, 2001).

Em se tratando do contexto penitenciário, principalmente na sala onde realizamos as consultas nos prontuários, essa observação possibilitou aproximação com as pessoas que ali circulavam, a dinâmica dos trabalhos, o ambiente em que vivem aquelas mulheres, suas buscas e as especificidades do local.

E por fim, foram realizados numa segunda etapa, grupos focais, como estratégia de interação entre o pesquisador e as entrevistadas, promovendo a discussão de temas, que ampliassem a compreensão do objeto.

3.2 - LOCAL DO ESTUDO

O estudo foi realizado na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo (PFC), localizada no bairro do Carandiru, na região norte do Município de São Paulo.

A PFC foi escolhida como campo de trabalho devido às atividades já desenvolvidas através dos projetos de prevenção às DST e Aids e no acompanhamento da implantação do Programa de Visita Íntima, como já mencionado, pela equipe de prevenção de prevenção do SAE Santana, da qual a pesquisadora faz parte. Essa Penitenciária foi inaugurada em 1941 e foi a primeira prisão feminina do Estado, localizada no então chamado Complexo do Carandiru. Apresenta-se como o presídio que conta com o maior número de presas trabalhando no Estado, com oficinas de trabalho bem estruturadas, tanto na organização como no espaço físico (MOKI, 2005).

No momento da pesquisa a PFC possuía quatro pavilhões, abrigando até três mulheres em cada cela. Em dezembro de 2005 a Penitenciária do Estado de São Paulo, presídio masculino, passou a ser Penitenciária Feminina de Sant'Anna, o que possibilitou o remanejamento de diversas mulheres de outros presídios e delegacias, inclusive as da PFC e seu encaminhamento à mesma.

A PFC, na sua estrutura, é composta por escola, creche, cozinha central, administração, almoxarifado, quadra de esporte em geral, lavanderia e roupeiro, pavilhão de visita íntima, com 20 quartos, denominado pelas mulheres presas como “hotelzinho”, pavilhão de saúde e pavilhões de trabalho, também chamados de oficinas.

O trabalho de campo ocorreu entre os meses de abril a novembro de 2005. Para o levantamento de dados dentro da PFC, apresentamos o projeto, com seus objetivos, para a então diretora, Dra. Maria da Penha Risola, como também para a Coordenadoria de Saúde da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, que autorizaram o desenvolvimento do mesmo. O referido projeto foi igualmente encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

O levantamento dos dados quantitativos dos prontuários foi realizado na sala do Serviço Social e os grupos focais numa das salas de aula da escola do presídio.

3.3 – LEVANTAMENTO DE DADOS QUANTITATIVOS

Na primeira fase da pesquisa, foram consultados 655 prontuários, no período de 14/04/05 a 26/07/05.

Naquela época a Penitenciária Feminina da Capital – PFC de São Paulo estava iniciando a informatização dos seus dados, portanto, não havia outra estratégia de levantamento, senão através do manuseio dos prontuários.

O prontuário social foi indicado, pelas coordenadoras de saúde e do serviço social, como o melhor documento para a coleta dos dados, pois nele estavam registrados os conteúdos necessários à pesquisa, tal coleta foi feita na sala do serviço social.

Nesta consulta foram coletados os dados que constavam no formulário denominado “Ficha Qualificativa”, que faz parte do prontuário da mulher encarcerada, preenchida no momento da prisão e que a acompanha quando ela é removida de outros presídios ou delegacias. Também utilizamos o “Questionário Social” que é preenchido pelas assistentes sociais alguns dias depois da entrada da mulher na PFC, geralmente durante o período de estágio.

Na Ficha Qualificativa constavam dados como: nome, número dos documentos, data de nascimento, filiação, nacionalidade, naturalidade, escolaridade, profissão, data da prisão, data da entrada na PFC, tempo de condenação e o artigo envolvido.

No Questionário Social, alguns dados pessoais se repetem e outros são incluídos como, por exemplo, o número de filhos, a ocupação antes da prisão, questões sobre a saúde em geral (se sabidamente portadora do HIV), se mantém relações homossexuais, sobre a situação do companheiro, se tem o desejo ou não em realizar a visita íntima. Há também uma descrição sobre os eventos relacionados aos delitos, assim como desejo de estudar e trabalhar no presídio, seus sonhos e perspectivas de vida .

Em relação ao número de prontuários, delimitamos um período e a consulta foi realizada por ordem alfabética através dos arquivos. Nesta ordem, não se retomou aos prontuários que não estavam nos arquivos no momento da consulta, assim como

os das mulheres recém chegadas. Quanto à rotatividade de mulheres presas, observamos que a mesma não possui uma rotina. Muitas vezes aguarda-se o acúmulo de um determinado número delas para que aconteçam as transferências, portanto, sem dia determinado, dependendo da disponibilidade de viaturas e de escolta policial.

Para o levantamento dos dados, elaboramos um instrumento composto por 17 ítems, que foram posteriormente trabalhadas através de programas como: Access, Epi-info e Excel, gerando um banco de dados da pesquisa, com vistas à elaboração de tabelas e gráficos para apresentação dos resultados.

- 1 – No. de Ordem
- 2 – Ano de Nascimento
- 3 – Nacionalidade
- 4 – Origem
- 5 – Raça/cor
- 6 – Escolaridade
- 7 – Estado Marital
- 8 – Situação do companheiro
- 9 – No. de filhos
- 10 – Ocupação
- 11 – Artigos dos delitos
- 12 – Tempo de prisão
- 13 – Entrada na PFC
- 14 – Tempo de Condenação
- 15 – Visita íntima
- 16 – Homossexualidade
- 17 – Portadora de HIV

Variáveis como nacionalidade, cor/raça, escolaridade, estado marital e situação do companheiro foram classificadas a partir de categorias empíricas, a partir das informações contidas na Ficha Qualificativa e Questionário Social. (Anexo 1)

Em relação à escolaridade, na ficha qualificativa não era detalhado até que série a mulher havia estudado. Portanto, não foram indicadas as séries mais

freqüentes, nem detalhada a informação sobre escolaridade quando a mesma era incompleta.

Para categorizar a variável ocupação utilizamos a Classificação Brasileira de Ocupação 2002 (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego¹. A CBO é composta por 10 grupos agregados por nível de competência e similaridade nas atividades executivas. Além dos 10 grandes grupos, possui 47 sub-grupos principais, 192 sub-grupos, 596 grupos de base e 2422 ocupações. Optamos, dada a variedade de ocupações, por classificar os prontuários investigados entre o sub-grupo principal e as ocupações correspondentes aos mesmos. Nesta, o primeiro dígito do instrumento correspondente ao grande grupo e o segundo ao sub-grupo principal.

Também usamos códigos específicos para identificar as categorias como: sem informação, do lar, desempregada, aposentada e outras (ocupações não identificadas no CBO). (Anexo 2)

Para a classificação dos delitos e respectivos artigos consultamos, com base em GOMES (2002), o Código Penal Brasileiro, o Código do Processo Penal e a Constituição Federal. Considerando a variedade de artigos e a inclusão de algumas mulheres em mais de um artigo, optamos por realizar a classificação pelo título a que corresponde o artigo. (Anexo 3)

Quanto às variáveis data de nascimento, número de filhos, tempo de prisão, entrada na PFC, tempo de condenação, estas foram distribuídas em categorias específicas. (Anexo 4)

As questões relativas a serem ou não HIV positivo, terem ou não relações homossexuais e terem ou não a intenção de realizar a visita íntima, foram classificadas como respostas sim ou não, conforme as informações disponíveis que constavam no questionário social (Anexo 5).

¹ www.ministeriodotrabalhocbo.org.br

3.4 – LEVANTAMENTO DOS DADOS QUALITATIVOS

A realização dos grupos focais possibilitou a discussão de temas relevantes para responder ao objetivo geral do estudo, relativos aos significados da visita íntima nas falas das mulheres que optaram, ou não, pela mesma.

Para CAPLAN (1990, p.528), os grupos focais são “*pequenos números de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas*”, constituindo-se em uma ferramenta comum usada em pesquisas de marketing para determinar as reações dos consumidores. Técnica perfeitamente adaptável à diversidade de temas, com diferentes objetivos e que passam a ser igualmente empregados em pesquisas científicas.

Esta técnica enfatiza o coletivo e não só questões individuais, promovendo a expressão das idéias, percepções, sentimentos e atitudes diante de um determinado fato ou tema. No caso das mulheres encarceradas que vivenciam o espaço comum, com determinadas normas e regras, bem como a cultura e a ética carcerária, o grupo focal foi bastante importante para o nosso estudo pois possibilitou a apreensão, a partir dos discursos individuais a respeito do tema visita íntima, sua dimensão coletiva.

A escolha das mulheres para participarem dos grupos focais, foi pautada nos seguintes critérios:

- 1 – Mulheres que optaram para realizar a visita íntima;
- 2 - Mulheres com os pré-requisitos² exigidos pela PFC e que não optaram pela visita íntima.

A opção por estes grupos, mulheres que realizam visita íntima e as que não realizam, teve a intenção de apreender as falas por referência a cada um dos grupos no sentido de identificar convergências e divergências em seus conteúdos.

Para a identificação e captação das mulheres para a formação dos grupos, contamos com a colaboração da Assistente Social responsável por este programa, que conhecia os objetivos do estudo e, após a formulação do convite (Anexo 6),

² Comprovação de conjugalidade (certidão de casamento ou declaração registrada em cartório de convívio marital)

encarregou-se de entregá-los às mulheres, que tiveram a oportunidade de aceitar ou não a participação no grupo. Segundo essa coordenadora não houve recusas no momento da entrega dos convites, muito pelo contrário, as mulheres mostraram-se interessadas na discussão do tema. Uma vez formado os grupos agendamos e organizamos a data de sua realização.

Foram realizados três grupos focais, sendo um deles pré-teste para elaboração final do instrumento a ser empregado. Neste grupo focal participaram 13 mulheres em fase de “estágio” e, portanto, havia nele algumas mulheres que tinham o interesse em inscrever-se para a visita íntima e outras não, mesmo com os pré-requisitos. Haviam, também, várias mulheres que revelavam ter relacionamentos com outras mulheres e, portanto, não tinham opção pela visita íntima. Para a análise dos conteúdos foram considerados somente os dois últimos grupos focais.

Os dois grupos focais tiveram uma duração de aproximadamente 2 horas e 15 minutos, cada. A própria pesquisadora foi a mediadora contando com uma observadora. As falas foram registradas em caderno de campo e também gravadas em fitas magnéticas e posteriormente transcritas, resultando um total de 63 laudas.

O primeiro grupo focal contou com nove mulheres que realizavam a visita íntima. Do segundo grupo participaram seis mulheres.

Os grupos focais foram trabalhados através de roteiro temático (Anexo 7), sendo considerados também alguns conteúdos que surgiram durante as discussões por serem pertinentes ao objeto de estudo e interessantes, já que partiram da necessidade das mulheres se expressarem para discutirem aspectos relacionados ao universo feminino na situação de confinamento.

Uma vez transcritos os conteúdos, que foram registrados exatamente como apareceram nas falas das mulheres dos dois grupos, estes foram lidos e relidos e, a partir daí, realizamos uma síntese, no sentido de organizar, o conjunto das discussões para análise.

As falas das mulheres foram organizadas em categorias para orientar a interpretação, segundo a análise de conteúdo, baseada em BARDIN (1977), que a concebe como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com a intenção de obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição de conteúdos das

mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens.

O processo de tratamento, o conteúdo das falas das mulheres possibilitou a identificação dos seguintes temas:

- Da visita íntima à intimidade da visita
- Ser mulher e Ser mulher presa: os desafios de viver³
- Sexualidade: da mulher aranha à sexualidade adormecida⁴
- “Castelar” : Construir um castelo – A viagem com a caneta⁵

Tendo em vista a delimitação do escopo do presente trabalho, circunscrevemos, no entanto, o processo de análise centrando-se na primeira delas, que remete ao próprio título do trabalho: Da visita íntima à intimidade da visita, como também parte dos conteúdos sobre ser mulher.

³ Concepções e valores em relação aos significados, na perspectiva das mulheres presas, de ser mulher de dentro e de ser mulher fora do presídio.

⁴ A sexualidade considerada pelas mulheres presas, como algo de difícil controle no ambiente confinado feminino, que perpassa pelas relações homossexuais ao adormecimento do desejo.

⁵ “Castelar” – Construção de um castelo, uma história por correspondência com homens ou mulheres que também estão presos. É o imaginário, é a vivência da sexualidade, do amor e do afeto. É uma viagem!

3.5 - CUIDADOS ÉTICOS

Este projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP, e assim apresentado à Diretora da PFC, que autorizou o desenvolvimento do mesmo.

A leitura dos prontuários foram realizadas na sala onde ficavam os arquivos do Serviço Social, com o conhecimento, autorização e apoio da equipe. Os mesmos foram identificados por uma numeração seqüencial.

Os grupos focais foram realizados após convite, aceitação e esclarecimento dos objetivos do estudo, leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assinatura. (Anexo 8)

As mulheres participantes ficaram com a via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado pela pesquisadora, e devolveram uma cópia assinada, por elas, anotando no verso da mesma os seguintes dados: idade, escolaridade, tempo de prisão, tempo de condenação e artigo envolvido. Caso alguém desejasse, poderia desistir da participação. No grupo focal de mulheres que não optaram pela visita íntima houve uma desistência.

Foram adotados outros cuidados éticos, como não adentrarmos em questões relacionadas à Justiça e reivindicações, embora em algumas ocasiões as próprias mulheres demonstraram a necessidade de expor situações cotidianas, no sentido de desabafar e/ou contextualizar dificuldades institucionais. Depositavam, ao que parece, esperanças de que a investigação pudesse ajudar a melhorar, principalmente, algumas das questões relacionadas ao programa de visita íntima.

Quanto às demandas surgidas no decorrer das discussões, que desfocavam dos temas propostos, imediatamente retomávamos ao assunto e, após o término, do grupo tais questões foram retomadas e esclarecidas. Estas demandas relacionavam-se, principalmente, à saúde sexual e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente em relação a mulher que faz sexo com mulher.

As participantes dos grupos focais não foram identificadas pelos seus nomes. Embora gravados, porque mencionado por elas próprias, foram omitidos e apenas identificados na transcrição como “Grupo”.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 - DA LEITURA DOS PRONTUÁRIOS AO CONVÍVIO COM A DINÂMICA DO PRESÍDIO

Durante 3 meses, de 2 a 3 vezes por semana permanecendo entre 3 a 4 horas por dia na sala do Serviço Social da penitenciária, observamos a dinâmica dos trabalhos daquela instituição, enquanto realizávamos a coleta dos dados nos prontuários.

Nos primeiros dias, fui abordada por diversas vezes e questionada pelos funcionários da portaria sobre o tipo de trabalho que desenvolvia naquele local, já que a minha presença era constante por ali.

Após algumas semanas, tal fato já não acontecia: eu era anunciada como a pesquisadora da saúde e o acesso às dependências do presídio facilitado. Entrava somente com lápis, borracha e o material para a coleta de dados. O levantamento dos dados foi realizado ora pela manhã, ora pela tarde, no período de 14/04/2005 a 26/07/2005.

A sala onde ficavam os arquivos era conjugada com a sala do atendimento social. Além dos arquivos com os prontuários nominais, esta também possuía um sofá para o recebimento de familiares em busca de informações sobre as reeducandas⁶ ou para o atendimento das mesmas.

Era inevitável não acompanhar o processo de trabalho do setor, até porque foi permitido que eu permanecesse ali em qualquer situação.

Algumas vezes não foi possível realizar o trabalho de levantamento de dados porque as condições do presídio não eram favoráveis. A tensão, os rumores de rebelião, as notícias de fuga de outros presídios, tudo era motivo para “mexer” com as presidiárias e, portanto, com o ambiente carcerário. Quando isto acontecia, todas as portas do pavilhão onde se localizavam os setores administrativo, jurídico, social ficavam fechadas e os profissionais trabalhavam em estado de alerta.

⁶ É como alguns profissionais tratam as mulheres no presídio

Acontecia por vezes de eu chegar na sala e as Assistentes Sociais avisarem: - “hoje o clima está tenso, qualquer coisa a gente te avisa”. Era o dia da “blitz” quando, de surpresa, as agentes penitenciárias e policiais faziam as revistas tanto nas celas, quanto nas mulheres. Neste dia as detentas ficavam todas trancadas, não saíam para as oficinas de trabalho e muitas vezes tinham as rotinas de banho de alimentação alteradas. Conseqüentemente, o dia seguinte era ainda mais tenso pois as penalidades eram aplicadas e as mulheres surpreendidas com alguma irregularidade eram transferidas.

Presenciei algumas vezes a transferência de mulheres pois o carro que as transportava para outros presídios estacionava ao lado da sala onde eu ficava. As mulheres transferidas eram aquelas que durante a “blitz” foram surpreendidas com telefones celulares, algum tipo de arma ou droga. A regra da instituição é a de que à medida que isto é constatado, elas sejam imediatamente removidas e só saíam para onde vão, à caminho ou chegando no local de destino.

A cena da remoção é muito “dolorosa”. As mulheres aguardam, algemadas dentro do carro chamado “camburão” e, enquanto esperam, gritam muito, pedem, imploram, xingam, se desesperam, tudo para não saírem da Instituição. O que chama a atenção é que muitas vezes a maior preocupação da mulher que está no camburão é gritar e implorar para que a parceira saiba que ela está saindo, solicitando para que ambas sejam transferidas juntas.

Qualificamos tal cena de dolorosa porque ouvimos o choro, o desespero e a impotência das mesmas. Querem conversar, querem argumentar e gritam o tempo todo pelas agentes penitenciárias, que passam por lá ou que aguardam próximas ao carro onde as mulheres se encontram, na vigilância das mesmas.

Um outro fato que presenciamos diz respeito ao atendimento social. As mulheres solicitam o “atendimento social” e são agendadas em determinado número, para cada assistente social. Assim, cada profissional passa a ter um grupo de mulheres assistidas, o que leva à criação de um vínculo importante entre elas.

Aliás, o vínculo que as profissionais estabelecem com as mulheres é muito interessante. Elas são ouvidas, encaminhadas para atendimento de suas necessidades, na condição de mulher presa.

Muitas vezes as mulheres presas solicitavam notícias de seus familiares, principalmente dos filhos e pouco dos maridos ou parceiros.

Elas compareciam ao atendimento para tais solicitações, ou para obter alguma resposta em relação as notícias solicitadas, para saber sobre seus direitos, sobre os seus pecúlios, solicitação para atendimento em relação à sua saúde, para trabalho e também para inclusão ou exclusão do parceiro para a visita social ou para a visita íntima.

Algumas vezes presenciei as profissionais fazendo contato telefônico, na frente da mulher presa, para alguma instituição onde estão abrigados os filhos ou para a casa da família das mesmas. As mulheres se emocionam quando conseguem ter notícias, principalmente dos filhos.

As perguntas são carregadas de emoção. As mulheres presas não podem falar ao telefone e quem vai fazendo a interlocução entre perguntas e respostas é a profissional que as atende. São conversas rápidas, que geralmente se referem às preocupações em relação à escola e à saúde dos filhos. Há muita preocupação, também, com a saúde de seus pais. Anseiam pela visita deles e a falta constante dos mesmos é um dos motivos para solicitarem os telefonemas.

Um outro momento que observamos relaciona-se às ligações para o marido ou parceiro. A cena comove, o diálogo é tenso e envolvido de emoção. Muitas vezes a resposta do parceiro está relacionada à falta de condições financeiras para visitá-la. Muitas famílias são moradoras de bairros periféricos ou do interior do estado e até mesmo de outros estados, o que parece favorecer ainda mais o abandono destas mulheres.

“ Mulher presa: ... Por favor, senhora pergunte a ele porquê não tem vindo me visitar?

Assistente Social: ... ele está dizendo que é por falta de dinheiro!

Mulher presa: - Mas eu estou com muita saudade das crianças e dele também!

Assistente Social: ...Ele diz que também está. Que está tudo bem com as crianças e quando ele puder ele virá!

Mulher presa:... Diga que eu amo ele!

Assistente Social: ...Ele diz que também te ama mas não pode vir te visitar!”.
(diálogo ao telefone com o parceiro de uma mulher presa na PFC – 27/04/05)

As Assistentes Sociais referiram que esse tipo de acontecimento é freqüente no presídio. As dificuldades financeiras, somadas, ao comprometimento do parceiro com a justiça, fazem com que estes não venham rotineiramente visitá-las, ficando daí prejudicada, em alguns casos, a visita dos filhos.

Na sala do Serviço Social também são dadas as notícias de falecimento de algum familiar, o que traz angústia e desespero para estas mulheres. Dependendo do grau de parentesco, disponibilidade de viaturas e escolta, elas são levadas ao velório.

Observamos que é sempre tensa a cena em que a mulher presa chega à sala do Serviço Social sem ser por solicitação dela mesma. Já chegam chorando, na expectativa de receberem alguma má notícia. Algumas vezes não se trata desta questão. Dependendo do caso, principalmente quando a família não comparece há algum tempo, podem conversar por 30 minutos, com a detenta, fora do dia específico da visita social.

Presenciamos, também, a visita de membros de consulados para oferecer ajuda na manutenção das necessidades básicas, como produtos de higiene pessoal, roupas íntimas e também assistência jurídica às mulheres estrangeiras. Alguns consulados oferecem, igualmente, assistência médica e odontológica às mulheres presas de seus países. A presença das pessoas dos consulados é um momento importante para elas pois o idioma facilita os esclarecimentos, as respostas a indagações e questionamentos sobre a sua vida no presídio, além de poderem ter notícias da família.

Também presenciamos a visita de familiar, por solicitação da mulher presa, em que ela para ajudar a parceira, que foi transferida para outra penitenciária, sob a alegação de que a parceira não tem família, que está doente e que precisa de ajuda.

Observamos especificamente a presença de uma tia, quando a mulher presa revela e solicita o seguinte:

“Mulher presa: ... Tia, você sabe que eu me envolvi com mulher aqui dentro, isto porque os homens fazem a gente sofrer muito e so aqui encontrei um amor, mas

peço (chorando) ajude a minha parceira (diz o nome dela) pois ela foi de bonde⁷ para outra penitenciária e ela é doente e não tem família, não tem ninguém por ela que não seja eu!

Tia: ... você tem certeza disto? Você acha está certo você ficar com uma mulher?

Mulher presa: .. eu tenho certeza de que eu amo ela”

(diálogo entre uma mulher presa e sua tia)

Trabalhar no levantamento dos dados, na sala do Serviço Social, foi um momento importante da pesquisa. Proporcionou-nos observar o cotidiano da vida daquelas mulheres, a manifestação de diferentes questionamentos, sentimentos, impressões, curiosidades, fatos esses que ao longo dos meses de coleta de dados nos prontuários enriqueceu nossa experiência investigativa para a abordagem do nosso objeto de pesquisa. Pontuamos, ainda, que houve vários momentos de forte emoção, quando presenciamos encontros, reencontros, despedidas e perspectivas de reconstrução da vida de algumas mulheres que, muitas vezes, pareciam depositar, no profissional, a possibilidade de intermediação do mundo do presídio com o mundo de fora do presídio.

⁷ Termo utilizado, pela população carcerária, quando são transferidas para outros presídios.

4.2 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DE MULHERES DA PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL DE SÃO PAULO

Foram coletados dados de 655 prontuários para a identificação do perfil das mulheres da PFC. Os prontuários que não se encontravam nos arquivos no momento da coleta, por estarem sendo consultados por outros profissionais, assim como as novas inclusões, não foram consideradas em nosso levantamento.

A “Ficha Qualificativa”⁸ é preenchida no momento em que a mulher é presa. Assim, algumas fichas já são mais antigas e outras são refeitas, pois a mulher pode ter passado por diversos estabelecimentos prisionais antes de chegarem à PFC. O “Questionário Social”⁹, do qual também obtivemos informações, é um instrumento de entrevista da Assistente Social com a mulher presa. Segundo as profissionais, tais dados nem sempre são fidedignos, principalmente em relação à ocupação, ao estado marital, à situação do companheiro e à intenção de realizar a visita íntima, isto por alguns motivos que mencionaremos na apresentação e discussão das tabelas. .

Das mulheres da PFC, 97% são brasileiras e 3% são estrangeiras. Das brasileiras 70,0% são provenientes do Estado de São Paulo, 5,0% de Minas Gerais e 4,0% da Bahia. As demais pertencem a diferentes regiões do Brasil, sendo 4,0% somente dos Estados de Pernambuco e do Paraná. (Tabela 1)

⁸ Nome do documento de inclusão que acompanha o prontuário da pessoa encarcerada.

⁹ Documento específico do Serviço Social de cada presídio

Tabela 1 - Distribuição de mulheres brasileiras da PFC de São Paulo, segundo estado de origem, 2005.

Origem	No. de Mulheres	%
São Paulo	456	70,0
Minas Gerais	31	5,0
Bahia	28	4,0
Pernambuco	27	4,0
Paraná	27	4,0
Outros Estados	64	10,0
Estrangeiras	22	3,0
Total	655	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres presas na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo.

O perfil da população da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo não difere dos estudos realizados nos censos penitenciários ou em outros trabalhos. Se compararmos ao censo penitenciário de 2002, que apresenta o perfil de mulheres e homens dos presídios do Estado de São Paulo, vamos observar que as origens se mantêm.

Quanto às estrangeiras, predominam as bolivianas 22,0% e as Colombianas 17,0%, isto provavelmente pela tradição histórica no tráfico de drogas desses países e proximidade geográfica, que faz do Brasil não somente rota mas também mercado. Mas vale observar também que mulheres de diferentes países como Inglaterra, China e Áustria também aparecem nesse cenário do cárcere feminino. (Tabela 2)

Tabela 2 – Distribuição de mulheres estrangeiras da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005

Estrangeiras	No.de Mulheres	%
África do Sul	1	5,0
Angola	1	5,0
Argentina	1	5,0
Áustria	1	5,0
Bolívia	5	22,0
China	1	5,0
Colômbia	4	17,0
Espanha	1	5,0
Inglaterra	2	8,0
Itália	1	5,0
Moçambique	2	8,0
Peru	1	5,0
Tailândia	1	5,0
Total	22	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005

Em relação à idade, pode-se observar, pela Tabela 3, que a maioria das mulheres (42,0%) da PFC são jovens, na faixa etária entre 20 a 29 anos, e 36,0% entre 30 a 39 anos.

O censo 2002 (CENSO PENITENCIÁRIO, 2002) revela que a população presidiária é bastante jovem. A média do Estado de São Paulo para os homens é de 30 anos de idade e para as mulheres é de 32 anos. A população encarcerada com mais de 55 anos tem aumentado, sendo que para os homens a porcentagem de pessoas na prisão é de 16,9 % , nessa faixa etária e para as mulheres é de 19,4%.

Na faixa etária mais avançada, algumas mulheres ingressam no comércio de drogas após terem sido aposentadas ou atingirem a idade de 50 a 60 anos e, muitas

vezes, pela falta de prática e pouca manobra com a polícia, acabam sendo presas mais rapidamente (MACHADO et al, 2005).

Tabela 3 - Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo faixa etária, 2005.

Idade (anos)	No.de Mulheres	%
20 a 29	279	42,0
30 a 39	236	36,0
40 a 49	96	15,0
50 a 59	38	6,0
60 e +	5	1,0
Total	654*	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005. * Excluído 1 caso sem informação.

Em relação à raça/cor, segundo informação das responsáveis pelo preenchimento, a mesma não é auto-referida, mas sim assinalada pelo próprio profissional quando do preenchimento no momento da inclusão da mulher. Portanto, o julgamento é sob a ótica do outro e não da referência pessoal.

O quesito raça/cor foi instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde o censo 2000 e se trata de uma questão complexa, principalmente em um país multiétnico como o Brasil. No entanto, é um elemento importante de atribuição de identidade e percepção dos sujeitos e um recurso fundamental para trabalhar o racismo nas sociedades.

Podemos observar que em alguns estudos, quando há referência à raça/cor, é freqüente a constatação de que a maioria das pessoas encarceradas é da raça negra, isto incluindo o caso das mulheres. No Brasil, o próprio Censo 2002 (CENSO PENITENCIÁRIO, 2002) refere que, se comparado ao censo 2000 o universo prisional tem uma proporção maior de negros. Se observarmos o Censo Penitenciário de 1988, as não brancas perfaziam na época 70% da população carcerária. Essa

mudança, ao longo dos anos, nos aponta que notadamente o tráfico de drogas não escolhe raça, classe social ou mesmo a nacionalidade. (MACHADO et al, 2005)

Na PFC de São Paulo podemos observar, conforme Tabela 4, onde a menção à raça/cor não é auto-referida, que a maioria das mulheres encarceradas na Instituição são brancas, 60,0%, em relação ao total de pretas e pardas que, somadas, totalizam 39,9% da população de mulheres negras presas.

Tabela 4 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo raça/cor, 2005

Raça/Cor	No. de Mulheres	%
Branca	386	60,0
Preta	83	13,0
Parda	173	26,9
Amarela	1	0,1
Indígena	0	0,0
Total	643*	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.* Excluído 12 casos sem informação.

Estudo de SALMASSO (2004), sobre criminalidade e condição feminina, realizado com presidiárias da cidade de Marília, em São Paulo, revelou que as mulheres brancas têm maior índice de participação criminal e prisional. Os fatores, ponderados, segundo o autor, estão relacionados com a questão numérica de mulheres brancas em relação às negras, e também pelo nível educacional e maior participação no mercado de trabalho, em função dos quais essas podem se expor a mais ou menos a situações de “delinquência”.

Os dados do estudo de SALMASSO (2004) referiram que a tipologia criminal é a mesma para qualquer segmento: independente da cor, “todas” podem vir a cometer qualquer tipo de crime.

Diante destes dados, podemos interpretar que o quesito raça/cor pode representar uma inferência mais relacionada às questões de discriminação, já que o julgamento no registro da raça negra em presídios pode pressupor a relação com questões da criminalidade, pela própria situação de preconceito sofrido ao longo da história por esse grupo populacional, nas diversas camadas sociais.

Em relação à escolaridade, podemos observar (Tabela 5) que 82,3% possuem o primeiro grau (completo ou incompleto), seguido de 11,8% do segundo grau (completo e incompleto). Referiram ter o ensino superior (completo ou incompleto) 3,5% das mulheres e 2,4% serem analfabetas.

Dos cursos universitários, os de direito são os que mais aparecem, seguidos de administração de empresa e psicologia.

O Censo de 2002 refere que a escolaridade da mulher presa é superior em relação à dos homens, no nível superior. Apresenta uma tendência crescente do homem preso em relação à alfabetização e ao ensino fundamental, mas a partir daí o quadro é de estagnação.

Tabela 5 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo escolaridade, 2005.

Escolaridade	No. de Mulheres	%
Analfabeta	16	2,4
1º. G. Incompleto	270	41,3
1º. G. Completo	268	41,0
2º. G. Incompleto	34	5,2
2º. G. Completo	43	6,6
Superior Incompleto	14	2,1
Superior Completo	9	1,4
Total	654*	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005. * Excluído 1 caso sem informação

As ocupações mencionadas pelas mulheres presas foram agrupadas de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego, mas apresentaram grande variedade e inconsistência de registro.

Isto porque, quando consultamos a ficha qualificativa e o questionário de inclusão, observamos que muitas vezes o grau de escolaridade ou a profissão mencionada em um desses documentos não coincidiam ou não eram coerentes. Tal fato pode estar relacionado à necessidade de muitas mulheres informarem que tinham alguma ocupação antes de ser presa, pensando numa possibilidade de trabalho dentro do presídio. Essas suposições são decorrentes das conversas com as profissionais da sala da realização da coleta de dados.

Algumas ocupações apresentam-se como predominantes, principalmente as do trabalho informal, como as trabalhadoras dos serviços, que aparecem em 25% dos prontuários. Nesta categoria estão incluídas as domésticas, faxineiras, diaristas, serventes, babás, auxiliares de serviços gerais, manicures, cabeleireiras, serventes, garçonetes, costureiras, copeiras e cozinheiras (Tabela 6).

Uma outra categoria que se destaca são as vendedoras em geral, aparecendo em 11% dos prontuários. Nessa estão incluídas as ambulantes e as balconistas de lojas.

As demais ocupações são distribuídas em diversas outras categorias, com números menores. Vamos encontrar registradas nos prontuários ocupações como: escriturárias, recepcionistas, auxiliares de enfermagem, enfermeiras, professoras, advogadas, psicólogas, administradoras, empresárias, artistas, metalúrgicas e operárias de fábricas.

Identificamos 4,0% dos prontuários sem informação a respeito da ocupação. Somente 4,0% das mulheres referiram estar desempregadas, do montante das 655.

A observação desse dado pode parecer estranha já que as questões relacionadas ao desemprego, as dificuldades de manutenção da vida e da família pela falta de condições sócio-econômicas sempre estiveram referidas à criminalidade, de um modo geral.

No caso, o que pode ser argumentado é que nem sempre a ocupação referida significa emprego, uma vez que pode estar relacionada ao sub-emprego ou mesmo ao trabalho informal.

Nesse sentido é que podemos também interpretar a elevada percentagem de mulheres que referiram como “ocupação”, “do lar”, que aparece em 30,0% dos prontuários. Não temos como avaliar a ocupação doméstica, ou seja, se só se trataria da empregada doméstica ou teria também um entendimento da mulher como dona de casa ou ainda outra modalidade que poderia incluir o próprio tráfico.

Esse tipo de interpretação encontra-se presente nos estudos sobre criminalidade e condição feminina de SALMASSO, 2004, quando analisa a ocupação “do lar”, afirmando que nela podem estar embutidas questões como: o trabalho sem registro em carteira profissional, a falta de opção, no caso das mulheres mais idosas, que já não conseguem encontrar emprego. A ela – ocupação do lar – relaciona também a violência doméstica, tendo como principal responsáveis seus parceiros e filhos.

Tabela 6 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo tipo de ocupação, 2005.

Ocupação	No. de Mulheres	%
Trabalhadoras de Serviços	165	26,3
Vendedoras	75	12,0
Desempregadas	23	3,7
Outras	172	27,4
Do lar	192	30,6
Total	627*	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005. * Excluído 28 casos sem informação.

4.3 - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PRISIONAL DE MULHERES DA PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL DE SÃO PAULO

Também identificamos, no levantamento dos dados, o tempo de prisão, tempo na PFC e Tempo de condenação, assim como os principais delitos em que as mulheres estão envolvidas.

Quanto ao tempo de prisão, do total das mulheres, a maioria (68,4%) localiza-se nos grupos com menos de um ano até 5 anos, seguida da categoria 6 a 9 anos com 24,5% (Tabela 7).

Tabela 7 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo tempo de prisão, 2005.

Tempo de Prisão (anos)	No. de Mulheres	%
-1 a 5	441	68,4
6 a 9	158	24,5
10 a 13	35	5,4
14 a 17	8	1,2
18 e +	3	0,5
Total	645*	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005. * Excluído 10 casos sem informação.

Pela tabela 8 podemos observar que a maioria das mulheres (88,9%) estava presa na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo á menos de 1 ano até 5 anos.

Tabela 8 – Distribuição de mulheres presas na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo o tempo de permanência, 2005.

Tempo na PFC (anos)	No. de Mulheres	%
-1 a 5	577	88,9
6 a 9	58	8,8
10 a 13	14	2,1
14 a 17	3	0,1
18 e +	3	0,1
Total	655	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.

Em relação ao tempo de condenação (Tabela 9), podemos observar que a maior porcentagem de mulheres (30,0%) foram condenadas de um a quatro anos, seguidas, em 26,0% daquelas condenadas de cinco a oito anos, compreendendo essas duas faixas a maioria das mulheres presas na Penitenciária com 56,0%, período este estreitamente relacionado com o artigo 12, que versa sobre delitos no tráfico de drogas, conforme CÓDIGO PENAL (2001).

Tabela 9 - Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo tempo de condenação, 2005.

Tempo de Condenação	No. de Mulheres	%
1 a 4	198	30,0
5 a 8	173	26,0
9 a 12	90	14,0
13 a 16	47	7,0
17 e +	82	13,0
Indefinida	65	10,0
Total	655	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.

Dos tipos de delitos em que estão envolvidas as mulheres, podemos observar, pela Tabela 10, que a maioria deles (54,4%) referem-se aos artigos relacionados a entorpecentes e 30,3% aos de roubo e extorsão, perfazendo, ambos, 84,7%. Em terceiro lugar, com 7,3%, valor bem menor que os primeiros, mais expressivos, encontram-se os delitos relacionados aos crimes contra a vida (homicídio e homicídio qualificado), este último superando os crimes de furto, que apresentam 4,1% das condenações das mulheres da PFC (Tabela 10).

Tabela 10 - Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo tipo de delito, 2005.

Título dos delitos	No. de Mulheres	%
Dos crimes e das penas ¹⁰⁾	356	54,4
Do furto	27	4,1
Do roubo e da extorsão	198	30,3
Do estelionato e outras fraudes	8	1,2
Dos crimes contra a vida ¹¹⁾	48	7,3
Da imputabilidade penal ¹²⁾	8	1,2
Outros ¹³⁾	9	1,5
Total	654*	100%

Fonte: Dados obtidos dos prontuários das mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005. * Excluído 1 caso sem informação.

¹⁰⁾ Relacionados ao entorpecente

¹¹⁾ Homicídio e homicídio qualificado.

¹²⁾ Emoção e paixão e os de formação de quadrilha

¹³⁾ Falsidade documental, periclitação contra a vida e saúde, receptação, crimes contra a fé pública

Na leitura dos prontuários verificamos que algumas mulheres estão sentenciadas em mais de um delito e desses os mais comuns estão relacionados aos entorpecentes, ao roubo e a extorsão ou ao furto.

Dos crimes contra a vida, homicídio e homicídio qualificado, identificamos que, associados a estes artigos, teremos alguns relacionados, o entorpecente, o roubo e a extorsão.

O Censo Penitenciário, 2002, refere que dos delitos masculinos os mais recorrentes relacionam-se aos crimes contra o patrimônio, sendo os mais frequentes os de roubo, cerca de 43,8% da população carcerária. Informa o crescimento dos crimes violentos como os sexuais, estupro e atentado violento ao pudor. Já na população carcerária feminina o tráfico de drogas aparece em 43,0% dos delitos, contra 32,6% entre os homens.

O crime de tráfico de entorpecentes retrata bem o universo criminal feminino, conforme também observamos em nosso estudo, pela tabela 9, visto que o número de mulheres presas pelo tráfico é maior do que para os homens. No entanto, alguns estudos como os de SALMASSO (2005), MAGNABOSCO (1998) e MOKI (2005), dentre outros, indicam que geralmente as mulheres ocupam baixos cargos na hierarquia criminal em relação às drogas.

O envolvimento das mulheres presas no tráfico de drogas pode estar marcado pela presença masculina, considerada o “fator principal” da inclusão feminina no contexto do crime. Elas são influenciadas por amigos, parentes e namorados, supervalorizando tais relações e muitas vezes não se preocupam individualmente com as consequências que poderão sofrer em decorrência de atos emotivos. (ASSIS e CONSTANTINO, 2001)

Um outro motivo da inclusão de mulheres no tráfico de drogas refere-se às dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, associadas ao fato de não terem com quem dividir o cuidado com os filhos. Diante disso poder-se-ia explicar porque a ocupação dita como “do lar” aparece, conforme tabela 11, em 54,0% dos crimes de entorpecentes, considerando também que muitas são utilizadas na própria residência para comercialização de drogas.

Tabela 11 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo ocupação “do Lar” e tipo de delito, 2005

Variável	Delitos	No. de Mulheres	%
Ocupação “Do Lar”	Entorpecentes	106	54,0
	Furto	8	4,0
	Roubo e Extorsão	57	30,0
	Crimes contra vida	14	7,0
	Estelionato	4	2,0
	Imputabilidade Penal	1	1,0
	Falsidade documental	1	1,0
	Periclitação da vida e da Saúde	1	1,0
Total		192	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres presas da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.

Como verificamos na tabela 3, as mulheres da PFC são bastante jovens, concentradas na faixa etária entre 20 e 39 anos. As mais jovens, geralmente, são as que estão em diferentes atividades sociais, podem já estar vivendo com algum parceiro e já ter filhos e, pelas dificuldades sócio-econômicas, poderiam ser motivadas a se inserir na criminalidade, principalmente para conseguirem criar seus filhos (FRIHANI e SOUZA, 2005).

No levantamento dos dados verificamos que os delitos de entorpecentes, roubo e extorsão e os crimes contra a vida são os que mais aparecem neste cenário feminino, independente da faixa etária, conforme tabela 12.

No entanto, podemos observar tendências diferenciadas, em relação à idade das mulheres, quando comparamos as três modalidades de crime.

Nos delitos relacionados a “Entorpecentes”, assim como nos relativos aos “Crimes contra a vida” podemos identificar tendências crescentes de acordo com o aumento da idade, enquanto tendência inversa verifica-se em relação ao “Roubo e

Extorsão”. Nesse sentido, os dados do nosso estudo se diferenciam dos mencionados acima, por FRIHANE e SOUZA (2005).

Tabela 12 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo Faixa etária e tipo de Delito, 2005.

Faixa Etária (Anos)	Delitos			Total
	Entorpecentes No. de Mulheres	Roubo e Extorsão No. de Mulheres	Crimes contra a Vida No. de Mulheres	
		-		
20 a 29	151 (56,3%)	102 (38,1%)	15 (5,6%)	268
30 a 39	117 (55,0%)	76 (35,6%)	20 (9,4%)	213
40 a 49	60 (71,5%)	16 (19,0%)	8 (9,5%)	84
50 e +	27 (73,0%)	5 (13,5%)	5 (13,5%)	37
Total	355*(59,0%)	199 (33,0%)	48 (8,0%)	

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005. * Excluído 1 caso sem informação.

Alguns estudos como os de FRIHANI e SOUZA (2005) referem que a maioria das detentas é oriunda de camadas sociais economicamente empobrecidas da população, o que poderia ser um importante fator para sua inserção na criminalidade. No entanto, é importante destacar a inadequação de se operar uma relação direta entre criminalidade e baixa condição socioeconômica porque se trata de um fenômeno complexo, envolvendo outros fatores a serem considerados.

Em relação à criminalidade feminina pouco ou quase nada se tem registrado no Brasil, denotando uma certa negligência em relação aos aspectos do comportamento criminoso feminino, embora algumas análises do crime cometido por

mulheres seja visto sob a mesma perspectiva daquele praticado pelos homens. No entanto, especificamente no caso das mulheres o ciúme, o amor e a vingança são fatores determinantes na delinquência feminina. Um outro fator importante é que ela comete ou colabora em crimes, muitas vezes, somente para servir ou auxiliar o seu parceiro.

A situação prisional de mulheres quanto aos julgamentos e definições da sua situação diante da justiça apresenta-se com um diferencial em relação aos homens, conforme identificado no Censo Penitenciário de 2002, pois cerca de 49,0% da população carcerária feminina espera por mais de 1 ano em delegacias e cadeias, contra 36,9 % dos homens, para chegarem aos presídios definitivos, o que pode gerar um adoecimento pela espera, estresse, insegurança bem como o favorecimento do abandono da família.

Um outro aspecto relevante neste contexto relaciona-se a falta de informação da situação penal tanto de homens quanto de mulheres presas. O que para ambos os sexos é uma questão difícil, para a mulher presa esta situação é ainda mais acentuada.

4.4 - CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR E CONJUGAL DE MULHERES DA PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL DE SÃO PAULO

Quanto ao número de filhos, podemos observar, pela tabela 13, valor modal de 1 filho (26,0%), de 2 filhos (21,0%) e 3 filhos (18,0%) o que perfaz um total de 68,0% das mulheres. Também vamos encontrar 18,0% que referiram não ter filhos, fato que pode estar relacionado à faixa etária mais jovem.

Tais valores vão ao encontro daqueles observados pelo Censo Penitenciário de 2002, cuja mediana é de 2 filhos, tanto na população carcerária masculina, quanto feminina, cabendo destaque o fato de que a proporção de homens sem filhos é maior do que o das mulheres presas.

Tabela 13 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo faixa etária e número de filhos, 2005.

Faixa Etária	Sem Filhos	No. de Filhos							
		1	2	3	4	5	6	7	8 e +
20 a 29	81	82	57	29	12	4	1	1	0
30 a 39	28	55	61	44	24	14	5	2	6
40 a 49	11	12	17	24	13	10	8	3	1
50 e +	3	8	9	9	4	4	5	0	2
Total	123	157	143	106	53	32	19	6	9
%	21,0	26,2	24,1	18,0	5,0	3,0	2,0	0,2	0,5

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005. * Excluído 7 casos sem informação.

Foi empregado o “estado marital” uma vez que a maioria das mulheres não possuía relações conjugais formais, ou seja, a mulher que tem companheiro pode não ser casada oficialmente. Mesmo assim, muitas podem ter respondido que são casadas, pois é assim que se sentem, embora não tenham documentação oficial, a certidão de casamento.

Diante disso, os dados relativos ao estado marital apresentado na tabela 14, não indicam necessariamente que estas mulheres tenham ou não companheiro, o que poderá ser melhor observado a partir dos dados da tabela 15, no próximo capítulo.

Na tabela 14, do total de prontuários investigados, apenas 10,9% das mulheres referiram ser casadas e 10,5 % amasiadas. A grande maioria, 65,9%, referiram ser solteiras no momento da inclusão. No grupo investigado, 6,7 % estão as divorciadas, desquitadas ou separadas e 6,0% referiram ser viúvas. Tivemos 3 prontuários sem esse tipo de informação.

Tabela 14 – Distribuição de mulheres presas na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo estado marital, 2005.

Estado Marital	No. de Mulheres	%
Casada	71	10,9
Solteira	430	65,9
Amasiada	68	10,5
Divorciada/separada/desquitada	44	6,7
Viúva	39	6,0
Total	652*	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005. * Excluído 3 casos sem informação.

Conforme mencionamos, no questionário social havia perguntas sobre a questão da homossexualidade e se a mulher era portadora de HIV.

Com isso pudemos identificar, conforme tabela 15, que 98,3% das mulheres referiram, no momento da inclusão, não terem relações homossexuais e somente 1,7% revelaram esta orientação sexual. Tais números merecem ser analisados com

cuidado, pois pode ser que a pequena quantidade de respostas afirmativas represente medo ou vergonha da revelação por questões de discriminação e preconceito. Pode representar também situação anterior à prisão, quando a maioria das mulheres pode não ter passado pela experiência de se relacionar sexualmente com outras mulheres, o que não representa necessariamente que o mesmo fato ocorra no contexto dos presídios.

Sabe-se que a alta prevalência do HIV e AIDS, especificamente, tem crescido muito nos últimos anos na população carcerária, conforme COELHO, 2004. As dificuldades do sistema prisional em relação a atenção à saúde de presos e presas são aspectos importantes do ponto de vista do controle da epidemia, já que a população carcerária possui uma estreita rede social de convivência. No entanto, observamos nos prontuários que somente 2,9% das mulheres revelaram ser soropositivas para o HIV, o que não representa a realidade do presídio, segundo as Assistentes Sociais.

A existência desse pequeno registro pode ser explicada pela dificuldade em informar a questão sorológica no momento da inclusão num presídio, e/ou também em qualquer outro lugar, que pode não ser algo fácil, considerando o estigma e o preconceito associados à doença.

Segundo profissionais do presídio, às vezes as mulheres não revelam de imediato sua condição sorológica, esperam algum tempo para poderem solicitar um agendamento com o médico e daí retomarem seu tratamento ou iniciá-lo.

Parece-nos que embora as questões acima sejam pouco identificadas no primeiro contato com o mundo do presídio, depois de algum tempo percebe-se, na convivência com as detentas, uma “ampla aceitação” da diversidade de comportamentos, principalmente em relação às questões da homossexualidade, o que aponta para a especificidade de uma cultura própria no universo da prisão feminina.

Tabela 15 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo referência à homossexualidade e portadora de HIV

Homossexualidade	No. de Mulheres	%
Sim	11	1,7
Não	644	98,3
Total	655	100,0

Portadora de HIV	No. de Mulheres	%
Sim	17	2,6
Não	638	97,4
Total	655	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.

5 - DA VISITA ÍNTIMA À INTIMIDADE DA VISITA

Para discutir o tema visita íntima, a situação do companheiro, identificada nos prontuários, parece ilustrativa para a concretização do direito a sexualidade no ambiente prisional.

O fato que se destaca é a ausência de equidade, em relação aos homens presos, uma vez que o pré-requisito para a mulher presa inscrever seu parceiro para realização da visita íntima é ter comprovada conjugalidade. Tal critério acaba por discriminar a maioria delas quando se considera, conforme aponta tabela 16, que 50,8% das mulheres informam não terem companheiros.

Nesse sentido, a interpretação da opção ou não pela visita íntima passa, num primeiro momento, pela desigualdade de gênero, que se reproduz intra-gênero, tornando as mulheres não somente diferentes dos homens, mas desiguais em relação a eles e a outras mulheres, pelo valor social atribuído à instituição casamento ou laços de conjugalidade. Assim, são submetidas, na condição de mulheres presas, a uma norma que vincula sua sexualidade ao casamento ou a laços comprovados de conjugalidade com um parceiro, o que pode excluir as mulheres que, mesmo possuindo companheiros e/ou namorados, não podem usufruir desse direito, conforme referido.

Tal fato permite apontar que a regulamentação do direito à visita íntima não se aplica a todas as mulheres em situação de confinamento, beneficiando uma minoria.

Isto se observa quando se constata pela tabela 16 que 19,1% das mulheres presas encontram-se, teoricamente, com possibilidades ou em condições de optarem ou não pela visita íntima porque referiram, independente do “estado marital” (casadas, solteiras, amasiadas, divorciadas/separadas/desquitadas) possuírem um companheiro. Se considerarmos a exigência de comprovação do vínculo conjugal, que implica apresentação de certidão de casamento ou documento lavrado em cartório, com testemunhas que comprove convívio marital tal proporção, de 19,1%, pode diminuir, e muito, pois somente 33,8% dessas mulheres informaram serem casadas. Esse dado pressupõe a facilidade de comprovação da conjugalidade, o que

não se daria com a grande maioria, ou seja, os restantes 62,6% das mesmas, que não seriam oficialmente casadas.

Além do elevado percentual das mulheres sem companheiros, 20,3% referem que seus companheiros estão presos, e, portanto, também desprovidas do direito de optar ou não pela visita íntima.

Na mesma condição de exclusão colocam-se 2,3% das mulheres que referiram, no momento da inclusão no presídio, terem companheiras, o que significaria parceria fora do presídio. Tal exclusão se dá pelo fato de que não há regulamentação para a realização de visita íntima para parceiras do mesmo sexo.

Diante de tais fatos, a não existência de parceiro, num primeiro momento e considerada as regras institucionais, seria um dos "fatores" que explicaria o pequeno número de mulheres que optam por realizar a visita íntima. Isso significa que, das 655 mulheres encarceradas, as casadas e amasiadas poderiam comprovar a sua conjugalidade, o que somaria 56 mulheres passíveis de atender os pré-requisitos institucionais, contrapostas as 479 outras, a grande maioria, que não teria essa oportunidade, o que representaria 88,0% das mulheres presas

Tabela 16 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo estado marital e situação do companheiro, 2005.

Estado Marital	Situação Do		Companheiro					Total
	Com Comp.	Sem Comp.	Com Comp.a	Comp. Preso	Comp. Assassinado	Comp. Foragido	Sem Inf.	
Casada	24 33,8%	26 36,6%	1 1,4%	18 25,4%	1 1,4%	0 0%	1 1,4%	71 10,8%
Solteira	59 13,7%	243 56,5%	14 3,3%	76 17,7%	5 1,2%	3 0,7%	30 7,0%	430 65,6%
Amasiada	32 47,1%	7 10,3%	0 0%	24 35,3%	1 1,5%	0 0%	4 5,9%	68 10,4%
Divorc./ Desq./Sep	6 13,6%	25 56,8%	0 0%	12 27,3%	0 0%	0 0%	1 2,3%	44 10,4%
Viúva	3 7,7%	30 76,9%	0 0%	3 7,7%	3 7,7%	0 0%	0 0%	39 6,0%
Sem inf.	1 0,8%	2 66,7%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 0,5%
Total	124	331	15	133	10	3	36	655
%	19,1	50,8	2,3	20,3	1,5	0,4	5,5	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.

No entanto, há de se considerar a possibilidade das informações não serem fidedignas, principalmente em relação à situação do companheiro, o que diminuiria ainda mais o número de mulheres em condições de optarem ou não pela visita íntima.

Durante o processo investigativo, procuramos saber em que condições estas informações foram fornecidas. Tivemos a explicação de que algumas mulheres, quando presas e condenadas, cujos delitos estão intimamente relacionados ao companheiro, são movidas pela emoção, geralmente com raiva e se sentindo injustiçadas pelos parceiros por tê-las envolvido naquela situação. Daí, no momento específico da prisão ou no da condenação, informarem que são solteiras e que não tem companheiro. Com o passar do tempo podem mudar de idéia e procurarem as

profissionais para refazerem as informações, dizendo-se arrependidas e solicitando a inclusão do companheiro no rol de visita, seja social ou íntima.

Segundo o Censo Penitenciário 2002, dos homens presos, 64,1% recebem suas companheiras ou companheiros para visita. Esta informação revela o reconhecimento social da possibilidade do homem receber um parceiro, homem no caso, na visita íntima, o que não encontramos nas informações sobre visita de companheira para as mulheres presas, o que revela uma discriminação de gênero quanto ao reconhecimento deste tipo de relacionamento para as mulheres.

Cerca de 51% dos homens recebem a visita das mães. No RDD – Regime Disciplinar Diferenciado, prisão de difícil acesso para as visitas, a presença da companheira é de cerca de 84,6% caindo a participação de outros, como mães, filhos e amigos.

No caso das mulheres, somente 17,9% do total da população carcerária feminina do Estado de São Paulo costuma ser visitada pelos companheiros, contra 64,1% dos homens, o que sugere que as mulheres, muitas vezes, não deixam de reproduzir o papel esperado de cuidadora como um dever, uma obrigação, quando seus parceiros são presos.

O Censo Penitenciário 2002 revela também que o apoio maior que as mulheres presas recebem são dos filhos (47,7%), mais que o dobro do universo masculino, e das mães (47,1%). Amigos e netos também têm presença significativa nas visitas aos presídios femininos.

Figura 1 – Distribuição da visita dos companheiros a homens e mulheres presos nos presídios do estado de São Paulo, 2002.

Visita dos companheiros

Fonte: Censo Penitenciário do estado de São Paulo, 2002.

5.1 - A VISITA ÍNTIMA

O Censo Penitenciário de 2002 informa que cerca de 38,5% da população carcerária masculina do Estado de São Paulo não recebe visita íntima. Não há grandes variações entre os regimes de prisão, mas os que estão nos Centros de Ressocialização (CR)¹⁴ recebem 32,2% de visita íntima semanalmente contra os 21,1 % entre homens de presídios comuns.

Como em 2001 é que foi instituída a visita íntima nos presídios femininos, não houve tempo suficiente para a produção de informação a respeito deste dado em relação à mulher presa pois segundo o Censo 2002, na época, somente um presídio feminino estava realizando a visita íntima.

Pelo levantamento dos dados dos prontuários, a maioria das mulheres presas referiu estar sem companheiro ou por não tê-lo ou por ele estar preso ou ter sido assassinado ou por estar foragido.

Quando no questionário social era perguntado sobre o desejo de realizar a visita íntima, dos 655 prontuários consultados somente 17 (2,6%) das mulheres disseram que desejariam inscrever o parceiro para a visita íntima, contra as 638 (97,4%) mulheres que não desejariam.

¹⁴ Destina-se ao cumprimento, por presos do sexo masculino ou feminino, de penas privativas de liberdade em regime fechado, semi-aberto, aberto e presos provisórios, com participação da comunidade e administrado por ONG com reduzido custo por preso.

Figura 2 – Distribuição de mulheres que referiram o desejo de inscrever seus parceiros para realizar a visita íntima, 2005.

Fonte: Dados obtidos dos prontuários de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.

Pela tabela 17 podemos observar que das 124 mulheres com companheiro, 17 (13,7%) referiram o desejo de realizarem a visita íntima e 107 (86,3%) não desejariam a mesma. Dentre essas predominam as casadas com 21,0%, seguida das amasiadas com 19,0% e as divorciadas/desquitadas/separadas com 17,0%, o que parece sugerir tipos de relações conjugais e de gênero similares, quando comparadas com as solteiras (8,5%).

Tabela 17 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, segundo estado marital, referência a ter companheiro e visita íntima, 2005.

Estado Marital	Com Companheiro	No. Mulheres	%
		Visita íntima	
Casada	24	5	21,0
Solteira	59	5	8,5
Amasiada	32	6	19,0
Divorc/Desq/Separada	6	1	17,0
Viúva	3	0	0,0
Total	124*	17	100,0

Fonte: Dados obtidos dos prontuários das mulheres presas na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005. * Excluído 1 caso sem informação.

Nesse cenário, buscaremos articular os dados apresentados com os conteúdos discutidos nos grupos focais, procurando aprofundar o entendimento do tema em estudo.

Vamos apresentar, em primeiro lugar, o perfil das mulheres que participaram dos grupos focais. Nossa proposta de discussão será baseada na comparação de um grupo em relação a outro, apontando semelhanças e diferenças entre os mesmos.

O grupo de mulheres da PFC que intitulamos como “Mulheres que não optaram pela visita íntima” está caracterizado na tabela 18.

Tabela 18 – Distribuição de mulheres da Penitenciária Feminina da Capital que não optaram pela vista íntima, 2005.

No. de Mulheres	Idade (anos)	Escolaridade	Tempo Prisão (anos)	Tempo de Condenação (anos)	Delito
1	28	5 ^a . série	2	8	Roubo e Extorsão
2	35	7 ^a . série	1	25	Roubo e Extorsão e Estelionato
3	27	2º. Grau	5	15	Extorsão mediante seqüestro
4	32	Ensino Fundamental	1	4	Entorpecente
5	29	Analfabeta ¹⁵	2	5	Entorpecente
6	38	7 ^a . série	2	4	Entorpecente

Fonte: Dados obtidos através das respostas escritas no verso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido oferecido a cada mulher participante do Grupo Focal da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.

¹⁵ Recebeu ajuda no preenchimento

O segundo grupo focal que foi intitulado “Mulheres que optaram pela visita íntima” é caracterizado na tabela 19, a seguir:

Tabela 19 – Distribuição de mulheres que optaram pela visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.

No. de Mulheres	Idade (anos)	Escolaridade	Tempo de Prisão (anos)	Tempo de Condenação (anos)	Delito
1	30	1º G. Comp.	4	2	Entorpecente
2	30	2º. G. Incomp.	1	Indefinida	Latrocínio
3	31	3ª. Série	2	4	Entorpecente
4	33	Sup. Compl.	1	14	Receptação
5	34	4ª. Série	2	4	Tráfico Internacional
6	34	2º. G. Compl.	8	14	Homicídio Qualificado
7	39	1º. G; Compl.	1	4	Entorpecente
8	40	Sup. Compl.	2	4	Entorpecente
9	56	1º. G. Compl.	2	3	Entorpecente

Fonte: Dados obtidos através das respostas escritas no verso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido oferecido a cada mulher participante do Grupo Focal da Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, 2005.

As informações sobre a caracterização do perfil das mulheres da PFC trouxeram dados importantes para o conhecimento dessa população. Alguns aspectos são igualmente reconhecidos quando observamos o Censo Penitenciário do Estado de São Paulo e alguns estudos sobre presídios. Dados como idade, escolaridade, número de filhos, ocupação, não diferem, de um modo geral, da população brasileira.

O tráfico de entorpecentes, o roubo e a extorsão são os principais delitos cometidos por mulheres onde elas têm um papel coadjuvante, tendo como protagonista geralmente alguém do sexo masculino. Chama-nos a atenção que no

levantamento dos dados os crimes contra a vida ganham em proporção ao furto, por exemplo.

O perfil raça/cor entre as detentas da PFC difere do Censo Penitenciário, 2002, na medida em que na PFC predominam mulheres brancas.

Aspectos referentes a situação do companheiro, desejo em realizar a visita íntima, soropositividade para o HIV e homossexualidade, refletem traços da cultura brasileira na qual as diferenciações de gênero operam de maneira expressiva.

5.2 - ACERCA DO CONTEÚDO DAS FALAS DAS MULHERES

O ponto de partida para a discussão dos grupos focais foi o tema “ser mulher”.

A primeira associação expressa nos dos dois grupos foi à maternidade. A reflexão percorreu dois caminhos: o da responsabilidade para tudo na vida e o sofrimento, como um fardo destinado às mulheres, em função desta maternidade.

As mulheres participantes dos grupos focais não conseguiam desvincular a reflexão de ser mulher do espaço em que estão vivendo. Ser mulher remete ao contexto prisional e, neste caso, o aprisionamento é agravado pela condição da maternidade.

As responsabilidades de ser mulher foram pontuadas pelo fato da mesma ter que desempenhar muitas funções para dar conta das necessidades da família, da casa, do marido e principalmente dos filhos e também por isto ela é sofredora.

Mas ser mãe é a melhor parte de ser mulher, pontuam as participantes dos grupos, pois é a realização da vida, embora sofrida porque quando se vive a maternidade fora da prisão a mulher tem que proteger seus filhos e ao entrar no presídio o sofrimento é maior ainda pela preocupação em saber com quem estão e como estão sendo cuidado esses filhos.

A maternidade é sem dúvida um dos aspectos mais importantes referido pelas mulheres dos dois grupos. A dualidade vivida pela mulher na condição de confinamento é manifestada quando se observa que se ela é mulher do mundo de fora e é mãe, é sofredora e, se é a mulher do mundo da prisão, também é sofredora por não poder cumprir o seu papel de mãe.

Expressar os significados de ser mulher parece remeter a uma dimensão considerada pelo grupo de mulheres como a parte mais delicada do ser humano e que, portanto, ser mulher é igual a maternidade e maternidade é igual a sofrimento.

Neste aspecto, os dois grupos obedecem a padrões culturais, quando se discute os valores construídos de ser mulher.

Parece ser este o caso das reflexões trazidas pelos grupos focais. Ao nos reportarmos às primeiras palavras do tema em questão – Ser Mulher – tanto para um grupo quanto para o outro, houve unanimidade entre as mulheres. Tais símbolos estão introjetados na figura da mãe, da mulher que é delicada, amorosa, sensível, carente, sofredora, pois estas parecem ser as características internalizadas do feminino.

“- Acho que o lado melhor de ser mulher é você gerar uma vida! Você passa nove meses carregando uma vida dentro de você ... é a melhor coisa que existe, por isso que jamais eu queria ser homem, pelo dom de ser mãe, de gerar uma vida... é uma coisa maravilhosa!”

(grupo focal de mulheres que não optaram pela visita íntima)

“- Ser mãe é a vida, em primeiro lugar, mulher é vida... A mulher de certa forma faz a vida ...ela pode ser mãe, pode amamentar, cuidar das crianças, dá carinho dentro de casa, ela fica com os filhos, se dedica...Então, ser mulher é muito bom, mas, ao mesmo tempo é difícil”

(grupo focal de mulheres que optaram pela visita íntima)

“- A mulher não devia ser mulher porque ela sofre muito... sofre pra ter os filhos, sofre pra cuidar, sofre com quase todo o tipo de sofrimento, de tudo...sofre pra tomar conta dos filhos dentro de casa, colocar tudo dentro de casa, sofre com o marido...”

(grupo focal de mulheres que não optaram pela visita íntima)

“Sofredora! A mulher é muito sofredora!”

(grupo focal de mulheres que optaram pela visita íntima)

“- Eu falo assim: Que... não dói tanto a falta de liberdade, mas sim a das crianças na nossa vida, isso dói muito ! Eu nesse 1 ano e 6 meses [de prisão] não pensava que queria ir lá pra fora pra ir pra balada, eu queria tá com eles, meus filhinhos né!

(grupo de mulheres que não optaram pela visita íntima)

A condição feminina, no discurso das mulheres, o papel que a mesma ocupa na sociedade encontra-se intimamente relacionada às questões reprodutivas, imprimindo-lhe certa identidade como é o caso da maternidade ser referida como um dom. No entanto, vale lembrar que tal posição feminina pode apresentar-se como essencializada se a identidade da mulher se circunscreve à questão reprodutiva, como seu principal papel na sociedade (HEILBORN, 1990).

Pelo relato das mulheres, refletir sobre o que é “ser mulher” remete a valores culturalmente atribuídos e aceitos pelo grupo, como a maternidade.

Entretanto, faz-se um contraponto, numa reflexão mais elaborada, e mais individualizada, entre a mulher que é forte, que luta pelos seus objetivos, a que tem opinião e vontade própria aquela que é dedicada ao cuidar dos filhos e do marido. Ela também é considerada como o suporte da casa; é nesse domínio que a força da mulher se exerce e se circunscreve, mas também isto não a exime da condição de sofredora.

“ A mulher é sofredora, mas eu acho que ... Nós mulheres somos um ser guerreiro, porque não só temos capacidade para dar um jeito em tudo, coisa que o homem não faz, como também nós somos capazes de trabalhar, ajudar financeiramente, psicologicamente tanto os filhos como o marido, tanto que na maioria das vezes as mulheres é que dominam mais a casa, o casamento, temos mais estrutura”

(grupo de mulheres que não optaram pela visita íntima)

“ Fora a mulher fazer tudo isto, nos ainda damos carinho e recebemos pancada, da maioria dos homens né! Eles gostam muito de bater, espancar a mulher, não só a mulher como seus filhos... mulher sofre muito... “

(grupo de mulheres que não optaram pela visita íntima)

“ Ser mulher [refere ao presídio] a nossa personalidade não muda, mas sim as atitudes, o jeito de você agir é que muda... você tem que mostrar que é forte pra família, não pode ficar chorando... você abandonou um dia a vida e a vida não é

aquilo que você tá pensando, mas você não pode também deixar as pessoas te ver arrasada, sair daqui pior do que já é entrar num lugar como este, então, você veste a máscara e mostra que está bem! “

(grupo de mulheres que optaram pela visita íntima)

Diante das considerações sobre ser mulher é que iremos dialogar com os significados da visita íntima para estas mulheres, perpassando alguns pontos que julgamos fundamentais para a reflexão do referido estudo. Dos conteúdos das falas das mulheres dos grupos focais identificamos três importantes níveis de análise dos mesmos: os significados da visita íntima do ponto de vista coletivo, do ponto de vista pessoal e do ponto de vista Institucional. Estes três níveis apresentados são reveladores de possibilidades, limites e dificuldades em relação à opção ou não pela visita íntima.

5.3 - SIGNIFICADOS DA VISITA ÍNTIMA NA PERSPECTIVA DO DISCURSO COLETIVO

O grupo de mulheres que não optou pela visita íntima relatou que um dos motivos da não opção é porque não gostam do “sexo programado”, a mulher tem que estar disponível para o homem, obedecendo a um padrão definido pela Instituição, o que seria um desrespeito ao desejo da mulher.

Algumas mulheres relataram sofrer pressão por parte dos parceiros, para inscrevê-los na visita íntima, independente da sua vontade e desejo, fato que pode privilegiar a satisfação dos mesmos.

Como decorrência dessa pressão, a visita íntima pode significar, para a mulher em confinamento, uma espécie de “barganha”. Isto porque o parceiro, para garantir a realização da mesma, coloca-a como condição para receber a visita dos filhos.

As mulheres argumentam que é preciso ter coragem para não aceitar este tipo de imposição do homem, pois reconhecem que ver os filhos é um direito delas, independente de qualquer exigência do parceiro. Assim, no discurso dessas mulheres, tais imposições são marcadas pelo reconhecimento do poder do homem sobre a mulher, revelando que a não opção pela visita íntima pode significar a não aceitação de desigualdade nas relações conjugais.

“Esse negócio de sexo programado, com hora marcada,...às vezes chega o dia da visita íntima e você não está legal, você não está disposta e aí você tem que ir! Porque eles [os homens] estão sempre dispostos...Eu não faço questão da visita íntima, prefiro procurar uma “Tchutchuquinha” [refere-se a uma mulher].

“A visita íntima é estressante, você briga com o marido numa semana e aí na outra já é o dia da visita e você é obrigada a ter relação com ele so porque é o dia da visita... se você está menstruada também não dá, principalmente se a menstruação cai sempre no final do mês, então isto vai complicando... O meu

psicológico não permite a visita íntima porque quando eu fazia era só pra satisfazer a ele...”

“...A pressão dele é tanta, que quando eu fazia visita íntima era so pra satisfazer a ele, eu nunca senti um orgasmo quando fazia a visita íntima, tinha que fazer um teatro, uma cena e fazer amor não é isto... não quero a visita íntima so por uma obrigação.”

“Aqui tem muitas mulheres que têm que se submeter a certas situações para não perder a chance de ver os filhos... eu mesma e outras mulheres também, já chegamos a ficar 6 meses sem ver os filhos, por não querer a visita íntima...”

A negação da visita íntima, entendida como algo relacionado à obrigatoriedade e imbuída de normas e regras, ou ainda, em troca de algo que é extremamente importante no universo feminino, que é o exercício da maternidade, sugere que as mulheres que não inscrevem seus parceiros para a visita íntima estariam em posições diferenciadas, em relação às tradicionalmente esperadas do papel “submisso” que lhe é atribuído. Uma vez que a mulher reconhece as implicações desta negação, ela estaria circunscrita a uma outra categoria de poder feminino, que impõe decisões e estabelece o seu desejo e a sua opinião como algo importante no contexto do confinamento.

Para o grupo de mulheres que optou pela visita íntima, argumentos apontam, no discurso coletivo, que a mesma está relacionada à manutenção dos laços conjugais e ao temor de perder o elo de conjugalidade.

Nesse sentido, este encontro é visto como fundamental para que não ocorra um “esfriamento” do parceiro, e também como a garantia de receber visitas do mesmo e provavelmente dos filhos.

“...A visita íntima não quebra o relacionamento... é importantíssima porque é um elo entre o homem e a mulher, porque o homem não fica muito tempo esperando a mulher e a distância vai esfriando o relacionamento...”

“ Muitas vezes a gente faz pra manter o casamento né! Sabe! a gente já tá separado pela situação e a visita íntima faz com que se mantenha o relacionamento.”

Este grupo também coloca que a visita íntima é importante do ponto de vista das necessidades do homem, já que o entendimento da impulsividade masculina é concebido como algo naturalmente biológico. Sendo assim, o homem é representado como um “poço de desejo”, que deve ser saciado pois isto faz parte da “natureza” do homem. A distinção do desejo masculino e do feminino está presente nas falas das mulheres, o que permite supor que para algumas o significado das relações sexuais está relacionado ao impulso natural do homem e dever da mulher em satisfazer tais impulsos.

“...É uma coisa da intimidade... significa alguns minutos de contato físico, de carinho, ainda que fosse menos tempo a visita íntima vale a pena... tem época que a gente faz mais por causa dele do que da gente mesma...E não é uma questão de traição e sim da sexualidade dele, é uma questão física que não permite que o homem fique muito tempo sem sexo”.

“A gente sabe que pro homem é diferente... às vezes a gente acha que ele tá diferente, a gente pensa que ele tá com algum problema... então ele vem só pra visita íntima, a gente sente ele diferente e já fica achando que ele tem outra... Porque mulher agüenta mais, fica mais tempo sem sexo e homem não!”

A visita íntima, embora referida como algo importante na vida de algumas mulheres presas, expressa necessidade de manutenção dos laços conjugais, conforme mencionado acima. Isto também é relatado quando o grupo revela que apesar de ser boa e importante para a mulher na condição de aprisionamento, a realização da visita íntima apresenta dificuldades. Parece que o encontro sexual do casal não representa para a mulher uma fonte de prazer pois há uma série de preocupações e de ansiedade em relação ao modo como o parceiro vai recebê-la e ela possa atender às expectativas do mesmo.

“A visita íntima é boa, mas, às vezes da uma ansiedade muito grande, a gente não corresponde às expectativas dele... a ansiedade é tão grande que a gente não relaxa... a mulher fica nervosa... você está com outra aparência, por estar presa... tá pálida... não está a mesma... e isto gera ansiedade pra gente...”

Comparando o discurso dos dois grupos de mulheres, podemos observar que a visita íntima assume significados que apontam para diferentes posições que as mulheres ocupam nas relações com seus parceiros.

Por um lado, o grupo de mulheres que não optou pela visita íntima destacou o significado da mesma como uma não aceitação de certas imposições, seja do parceiro ou institucional. Por outro lado, o grupo de mulheres que optou pela mesma, destaca a possibilidade de manutenção dos laços conjugais e o cumprimento do dever de esposa, independente de outras imposições ou condições. Parece-nos, neste caso, que o imaginário e a crença neste “dever de mulher” é considerado pelas mesmas como de fundamental importância para a não ruptura familiar.

5.4 - SIGNIFICADOS DA VISITA ÍNTIMA NA VISÃO PESSOAL DE MULHERES

Algumas mulheres, no decorrer da discussão, faziam colocações de ordem pessoal, sobre os significados da visita, inclusive com exemplos, o que proporcionava ampla discussão no grupo, evidenciando posições diversas sobre os temas.

Dentre as diversas colocações que foram emergindo nos grupos focais, elegemos algumas que consideramos importantes para a nossa análise.

Algumas mulheres participantes do grupo das que não optaram pela visita íntima, justificaram que não a realizavam porque esta significava ausência de intimidade no ambiente prisional. Referiram que é muito constrangedora a visita íntima. Tornar público o que é considerado privado, principalmente no universo feminino, é algo de difícil manejo. Na situação de confinamento, a mulher divide espaços, regras, convivências e dividir a sua intimidade pode significar a perda da idéia de intimidade nos relacionamentos.

“ ... Elas (refere aos agentes penitenciários) gritam: - Ôh! Fulana desce pra íntima! Você tá louca... as pessoas ficam sabendo, todo mundo fica sabendo...”

“Eu sou reservada... cadê o ”íntima”, é o que eu pergunto. Fica um guarda na porta, você é revistada... ele toca a campainha pra dizer que acabou o seu horário de visita, cadê o íntima?...”

A não opção pela visita íntima, provocou a discussão quando foi referido que os homens que vêm para visita íntima como retribuição a elas em situações semelhantes. Por exemplo, quando os mesmos estavam presos, uma certa obrigação e a idéia da não exclusividade do desejo por elas é um fato que parece trazer incômodos para a mulher. O que também parece ser um paradoxo pois em algumas argumentações, o abandono dos parceiros é considerado como algo inadmissível, pois quando eles precisaram delas não houve ruptura dos laços conjugais.

Um outro argumento para a não realização da visita íntima relaciona-se à idéia de uma certa “proteção” à exposição masculina, em relação à situação de confinamento da mulher. No conteúdo desta fala tal situação considerada constrangedora justificaria a permissão para o parceiro ter outros relacionamentos, sem que isso significasse ruptura dos laços conjugais.

“Eu me coloco no lugar dele e acho que ele não é obrigado a passar por tudo isto, então dou a liberdade para ele procurar outra mulher ...”

“A carência do homem faz ele buscar outra mulher entendeu! A mulher não! Se ela tiver triste porque o marido tá preso ela vai agüentar ali firme e forte, seja escrevendo uma carta pra ele, mas o homem não...”

As mulheres dos dois grupos relatam que o constrangimento é um aspecto importante em relação à visita íntima. Este sentimento também é relacionado à falta de privacidade, observando-se mais uma vez a questão presente da publicização do privado, no caso da visita íntima.

Esta questão, que permeou os grupos focais, retoma a discussão do modo como a mulher se coloca como sujeito na situação de confinamento. Pois, mesmo que ela inscreva o parceiro para a realização da visita íntima e ela mesma reconheça que há um desconforto no espaço público do presídio para seu encontro íntimo, sua decisão, a despeito disso, poderia representar uma manifestação de sua autonomia em alguns casos, mas nem por isso ela deixa de realizar a visita íntima.

Os conteúdos que emergiram nas falas das mulheres em relação ao constrangimento e falta de privacidade, no caso da visita íntima no presídio, remete a discussão ao próprio universo feminino que, diferentemente do masculino, atribui significado especial e diferenciado a sexo e amor, por exemplo.

“O seu corpo quer muito, mas a mente não ajuda... a preocupação com o horário te traz uma sensação estranha, é uma humilhação você sair da visita íntima e todo mundo saber o que você foi fazer e isto favorece as piadas e o constrangimento, porque quando você está lá fora ninguém sabe o que você foi fazer

mas aqui sim... não há privacidade, todos sabe! Desde os portões e todo os pavilhões... O constrangimento também é de você pensar que você nunca imaginou passar por isto!”

“ Aqui não tem uma coisa reservada... A gente quando tá na rua ninguém sabe o que acontece com você, aqui não! Aqui já não é uma coisa privada porque todo mundo fica sabendo o que você foi fazer lá! Dá muita vergonha!

Pelos discursos acima, podemos observar que a questão do constrangimento passa sobretudo pela questão da publicização do espaço da intimidade no caso da opção pela visita íntima. Também pelo que representa a sexualidade no imaginário feminino, como aponta BARBOSA (1999, p. 85): *“A obtenção do prazer para a mulher guarda uma dimensão de cumplicidade e de entrega, que o amor e o estabelecimento de laços de confiança viabilizam. É o afeto pelo parceiro e a confiança no relacionamento que parecem impulsionar a busca pela ampliação do prazer...”*

5.5 - SIGNIFICADOS DA VISITA ÍNTIMA EM RELAÇÃO AO ESPAÇO INSTITUCIONAL

Este ponto da discussão foi sem dúvida trazido pelas mulheres como uma crítica, incluindo discussão sobre direitos.

Não houve diferenças ou especificidades de um grupo para outro. As colocações em geral foram relacionadas às normas e regras instituídas para o programa de visita íntima, assim como para as condições, o lugar, o modo como esta é vista em relação aos dois pólos, mulheres presas e instituição.

Os significados da visita íntima para o grupo de mulheres, em relação aos aspectos institucionais, estavam relacionados às limitações para realizar o encontro sexual com o parceiro. Estes limites são os responsáveis, do ponto de vista das mulheres presas, para a pouca adesão ao Programa de Visita Íntima.

Nossas reflexões serão baseadas em algumas palavras chave, que emergiram das discussões realizadas nos dois grupos focais:

Humilhação, Rigidez e Desigualdade

Partiremos para a discussão destas palavras como as mais recorrentes e carregadas de emoção, durante as discussões.

A palavra humilhação parece ser o que mais sensibiliza a mulher presa. Ela se sente humilhada por ser mulher e por manifestar o desejo de ter “desejo”, quando vai para a visita íntima. Neste caso o delito é o desejo. E, sendo assim, ela é julgada e condenada. Nesse tribunal, as participantes são as próprias mulheres, sejam as que se encontram nas mesmas condições, isto é, presas, sejam as “outras”, isto é, mulheres trabalhadoras da Instituição.

“...Humilhação...humilhação física, psicológica e material... você perde o direito de tudo... você não pode usar brinco, um shorts, a Instituição ajuda você a perder a sua feminilidade... vai pra visita íntima ou vem da visita íntima você escuta piadinhas...não há intimidade na visita íntima, pelas condições que são impostas...”

(Grupo de mulheres que optaram pela visita íntima)

“...As condições são humilhantes e constrangedoras, se locomover até o “hotelzinho” com as coisas nas mãos... nunca sabem se você está indo pro castigo e quando você sai da visita íntima é a mesma coisa”

(Grupo de mulheres que optaram pela visita íntima)

As normas da Instituição, consideradas rígidas, apresentou-se, na perspectiva das mulheres presas, como um importante impedimento para realização da visita íntima. Isto principalmente pelos motivos relacionados à comprovação de conjugalidade como também à não permissão de casais do mesmo sexo.

Tais dificuldades, somadas às questões de horário, dia pré-estabelecido, local e as condições oferecidas para o encontro do casal são fatores, segundo as mulheres, que favorecem não somente os sentimentos de humilhação e de constrangimento, fazendo com que muitas mulheres deixem de lado a sua sexualidade, mas também reduzem a intimidade a algo mecânico, a impulso biológico, a uma obrigação que se tem a cumprir destituída de afeto.

“...Tem que chegar lá e já tirar a roupa e fazer o que tem que fazer, não tem aquela preparação... Você tem que se deitar em cima de uma pedra, além das formigas, não tem colchão, um banheiro privativo.... as condições são humilhantes, constrangedoras... falta romantismo!”

“ A questão da mulher lésbica, elas também deveriam ter o direito a visita íntima...e por que não?”

(Grupo de mulheres que não optaram pela visita íntima)

“ É muito complicado este negócio de ter que comprovar que era marido ou parceiro fixo... Tem que fazer exames médicos e se tiver alterado [diagnóstico de DST], pronto não pode mais! “

(Grupo de mulheres que optaram pela visita íntima)

Algumas mulheres faziam comparações com as normas estabelecidas nos presídios masculinos. Algumas delas vivenciaram este outro lado pois relataram que quando em liberdade faziam visita íntima aos seus parceiros, pontuando significativas diferenças.

Referiram que há muita desigualdade entre presos e presas pois acreditam que para o homem a situação de encarceramento não é tão ruim, quanto para a mulher. A condição masculina favorece sofrer menos pois a mulher nunca abandona o marido nos momentos em que ele mais precisa, o que relatam não é o caso das mulheres presas.

Segundo as mulheres, as condições da visita íntima nos presídios masculinos, seguem regras bem diferentes das do feminino. São menos rígidas, organizadas de maneira a favorecer o contato com as parceiras, facilitando a presença das mesmas, assim como o elo familiar.

“Como os direitos são iguais, as mulheres presas deveriam fazer a visita íntima na cela, você poderia tomar um banho, usaria a sua cela... os homens respeitam isto... O homem na cadeia sofre menos do que a mulher porque eles têm mais regalias e a mulher dele encara a situação, passa por humilhação, faz visita íntima, já o homem não ... é mais difícil eles virem...”
(Grupo de mulheres que não optaram pela visita íntima)

“Na cadeia de homens você vê filas de mulheres indo visitar os homens, a maioria está lá para fazer visita e inclusive a íntima, já na cadeia feminina são poucos os maridos que vêm, o que você mais vê são as mães...”
(Grupo de mulheres que optaram pela visita íntima)

Ao analisarmos os discursos das mulheres participantes dos grupos focais, encontramos uma mulher que, ao se deparar com a possibilidade de viver a sua sexualidade na condição de confinamento, carrega valores, sentimentos, conceitos, preconceitos e estereótipos, modelados pelo conjunto de determinações comuns na condição de gênero e, assim, ela representa a mulher que tem relações sexuais porque

o companheiro assim o deseja e, neste sentido, ela cumpre com as obrigações de esposa, se responsabilizando, inclusive, pela manutenção da família.

Portanto, podemos dizer que a peculiaridade dos significados da visita íntima está referida ao sexo programado ou Institucionalizado como não desejável, por acreditarem que há um favorecimento do homem, o que permite visualizar outras dimensões presentes na visita íntima, passando a representar posições diferenciadas, quando a manifestação da não opção pela visita íntima pode representar liberdade sexual e poder de decisão da mulher.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu acho que ser mulher presa é bem assim: - mesmo que eu pague a minha pena vai ser assim, por exemplo: - você vai ao supermercado você paga o seu feijão, você paga para a pessoa, o que você vai fazer com o feijão não importa, você pagou é seu...Eu paguei a minha pena, mas eu não vou pagar uma vez só, eu vou tá sempre pagando, porque a sociedade vai tá sempre me cobrando... Então , não adianta eu tá só pagando aqui dentro, não adianta eu pagar os anos que se perde aqui dentro... Nós mulheres presas vamos estar sempre pagando... Nós vamos sempre ser mulheres presas!”

(Participante do grupo focal de mulheres que não optaram pela visita íntima)

O estudo desenvolvido buscou compreender os significados da visita íntima na perspectiva da mulher presa na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo. A partir das discussões em grupo pudemos refletir sobre alguns aspectos deste universo feminino.

Trabalhar com uma população inserida num contexto de criminalidade e ao mesmo tempo desconhecida pela ausência de pesquisas específicas, remeteu-nos por vezes a diversos questionamentos.

A visita íntima, a despeito de ser uma conquista no campo dos direitos sexuais, ainda está longe de ser, na prática, uma via concreta do exercício desses direitos no sistema prisional.

Embora reivindicada e criticada pelas mulheres presas, a visita íntima não é reconhecida como um direito, que é afirmado a partir da própria participação e envolvimento das mesmas com a questão e também pela forma como é organizada institucionalmente. Apontam distintos tratamentos da visita íntima nos presídios masculinos e femininos, numa flagrante reprodução de estereótipos em relação ao desejo e a sexualidade de homens e mulheres.

O ambiente carcerário traduz diferentes impressões em relação às mulheres que ali estão. Isto porque, a construção social sobre o papel da mulher na sociedade

não a identifica com esse tipo de espaço de vida, na medida em que tradicionalmente lhe é reservado o espaço da casa, da família, do privado.

A mulher do mundo de dentro dos presídios é a mesma do mundo de fora, apenas delimitado pelo espaço em que circunscreve os desafios da vida.

Ser mulher e ser mulher presa se igualam no que é essencialmente construído sobre o feminino e, neste aspecto, seja no mundo de dentro como no mundo de fora do presídio vamos nos deparar, de um lado, com valores que respondem a padrões tradicionalmente reconhecidos. Mas, por outro lado, vamos identificar nas falas, das mulheres, argumentos que apontam para o reconhecimento de autonomia da mulher presa, principalmente quando decidem por não realizar a visita íntima.

No levantamento dos dados quantitativos, na dinâmica da observação participante e na realização dos grupos focais, deparamo-nos com a complexidade do estudo, pelas possibilidades de se identificar o universo que circunscreve a mulher confinada.

O perfil das mulheres presas chama atenção por algumas similaridades em relação à sociedade brasileira em geral, até porque elas são as mulheres representativas da nossa sociedade, ou seja, encontramos mulheres jovens, brancas, com média escolaridade, com diferentes inserções no mercado de trabalho e que possuem poucos filhos.

Em relação aos delitos, que perpassam todas as faixas etárias, ganha expressão e envolvimento, das mulheres, nos crimes de Entorpecentes, com 59,3%, seguido do Roubo e Extorsão, com 33,0% e, em menor proporção, com 8,0%, os crimes contra a vida, que envolve homicídios, embora apresentem tendências diferentes em relação à idade.

É no tráfico de drogas que as mulheres reproduzem, provavelmente, posições de menos valia pois o seu envolvimento parece estar relacionado ao poder masculino na hierarquia no crime de entorpecente.

Quando discutimos o conteúdo das falas das mulheres, observamos que as mesmas reproduzem relações sociais mais amplas, pois, o paradoxo está entre o esperado e o desejado pela mulher, mesmo numa situação de confinamento.

Observamos que o espaço de confinamento, por razões ainda pouco exploradas, exige que as mulheres, de certa forma, ressignifiquem as relações interpessoais, sejam sociais, afetivas ou sexuais. Podemos identificar que, nos grupos de discussão, algumas mulheres referiram a necessidade de repensar a sua vida sexual e afetiva. Algumas pela opção do afeto e da superação da carência e da tristeza que o encarceramento proporciona. Outras que, por desejo, assumem a posição de que é um direito escolher seus relacionamentos e fazer deles algo prazeroso e possível dentro do presídio.

O espaço do confinamento pode trazer um novo olhar da realidade ali circunscrita e, assim, o sexo imposto é o paradoxo da liberdade sexual no presídio em relação aos re-arranjos de vivenciar a sexualidade, seja no argumento da negação ou até mesmo na opção de realizar a visita íntima nas condições impostas pela instituição.

Enfim, há muito que caminhar, ouvir e discutir sobre este universo de enigmas, de curiosidade e de perplexidade. Um mundo que parece não nos pertencer mas que, no campo da intimidade feminina, pode circunscrever às mulheres que nos diferentes espaços vivenciam os mesmos paradoxos.

7 - REFERÊNCIAS

ASSIS, S.G.;CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo:** Infração juvenil feminina no Rio de Janeiro.Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz,2001. (Síntese do Ministério da Justiça/PND/UNIFEM).

BARDIN I. **A análise de conteúdo.**Lisboa: edições 70;1977.

BARBOSA, L. **Resolução no. 1, de 30 de março de 1999.** Publicada no D.O.E. 05.0499, seção 1.

BECKER, H.S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** Hucite, São Paulo, ed. 4ª., 1999.

BICKELL N.A. ; VERMUND S.H, HOLMES M et al. **Human papillomavirus, gonorrhea, syphilis and cervical dysplasia in jailed womwn,** Am J. Public Health – 1991 – october, 81 (10): 1318 – 20

BLANK S. STERNBERGM, NEYLANS L.L., et al. **Incident syphilis among women with multiple admissions to jail in New York City;** 20: J. Infect Disease 1999 – October, 180 (4): 1159 – 63

BUGLIONE, S. **A mulher enquanto metáfora do Direito Penal-** Jus Navigandi, Teresina, a . 4, n . 38, Jan. 2000. Disponível em

CAPLAN, S. **Using Focus Methadology for ergonomic design ergononucs,** v.33, n.5, p. 527 -33, 1990.

CARDOSO JR, R. **Prevalência do HIV nos presídios.** [editorial]. Boletim da rede de Direitos Humanos em HIV/Aids, ano V, 1, 2001

CENSO PENITENCIÁRIO – **Perfil de presos.**
Disponível: www.secretariadasadministracoespenitenciaria.org.br. – **Censo penitenciário do Estado de São Paulo**, 2002.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO – CBO. Disponível em:
<http://www.ministeriodotrabalhocbo.org.com>.

GOMES, L.F. (org.) **Código Penal, Código de Processo Penal, Constituição Federal**, 4ª. Ed., Editora RT Revista dos Tribunais, 2002.

COELHO, H.C. **Prevalência de fatores de risco para a infecção do HIV na população carcerária masculina DA Penitenciária de Ribeirão Preto** [Dissertação de mestrado – Faculdade de Medicina Social de Ribeirão Preto] 2004.

CORRÊA S.; PETCHESKY R. **Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista**. In: Rio de Janeiro, Physis 6, 1996.

FIER, F. **O muro invisível** [editorial]. Boletim da rede de Direitos Humanos em HIV/Aids, ano V, 1, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**, Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.

FRIHANI, F.M.D.; SOUZA J. **Mulheres encarceradas e espaço criminal: uma análise de representações sociais**. Revista Psicologia, Teoria e Prática – Centro Universitário do Espírito Santo, ES, 2005 – no. 7.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo, UNESP, 1993.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**, Ed. Perspectiva, São Paulo – SP, 1961.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório: **O Brasil atrás das grades** (online), [ca.1998]. disponível em: <http://www.brasilatrasdasgrades.br>

HEILBORN, M.L. **Gênero e condição feminina**: Uma abordagem antropológica. RJ. UNICEF – 1990.

ILGENFRITS, I. **As drogas e o novo perfil das mulheres prisioneiras no Estado do Rio de Janeiro**. Texto síntese de uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, entre os anos de 1999 e 2000, como parte do programa de segurança da Mulher, que deu origem ao livro **Prisioneiras: Vida e Violência Atrás das Grades**, Bárbara Musumeci e Iara Ilgenfritz, Ed. Garamond, RJ, 2000.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro, 2 ed.,Forense, 1999.

MACHADO R. et al **A integridade física da mulher que cumpre pena em estabelecimento penal no Brasil**. Iniciación científica de graduación em Derecho de la Universidad Luterana – Brasil, 2005

MAGNABOSCO, D. **Sistema Penitenciário Brasileiro: aspectos sociológicos**. Jus Navigandi, Teresinha, ^a 3, n. 27, dez. 1998. Disponível em : <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1010>.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Ed. 7^a,SP: Hucitec; 2000, p. 28.

MOKI, M.P. **Representações sociais do trabalho carcerário feminino**. São Carlos: UFSCar,[Dissertação de mestrado – Universidade Federal de São Carlos] São Paulo, SP, 2005.

OLIVEIRA, L.A. **Direitos Reprodutivos e práticas assistenciais a pessoas vivendo com HIV/Aids: um diálogo possível?** [Dissertação de mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP] São Paulo, SP, 2001.

PAIVA, V. – Cenas sexuais, roteiros de gênero e sujeito sexual. In: PARKER, R., BARBOSA, R.M. (Org.). **Sexualidades pelo avesso: Direitos, identidades e poder.** Rio de Janeiro:IMS/UERJ: São Paulo:Ed.34,1999.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, **Direitos Iguais** – 3 de janeiro de 2002.

RESOLUÇÃO No.96 DE 27/12/2001 – Secretaria das Administrações Prisionais – SAP – Regulamenta a visita íntima à mulheres presas no Estado de São Paulo.

SALLA, F. **As prisões em São Paulo: 1822-1940.** São Paulo, Annablume/FAPESP, 1999.

SALMASSO, R.C. **Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília – SP,** Revista de iniciação científica da FFC, v.4 no. 3, 2004.

SCOTT, J. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.** Trad. Dabat C.R., Ävila, M.B., Recife: SOS Corpo, 1991.

SOARES, B.M. **Prisioneiras.** Rio de Janeiro:Garamond, 2002.

SOUZAS, R., ALVARENGA, A . T., **Da negociação às estratégias: relações conjugais e de gênero no discurso de mulheres de baixa renda em São Paulo.** Revista Saúde e Sociedade, Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública, São Paulo, v. 10, no. 2 – ago/dez.. 2001

STRAZZA, L. et. al. **Estudo da vulnerabilidade à infecção DST/Aids em detentas de uma penitenciária feminina de São Paulo – SP, Brasil, avaliada pela técnica**

sorológica. DST – J. Brasileiro de doenças sexualmente transmissíveis – art. 15 (4) 27 –32, 2003.

8 – ANEXOS

ANEXO 1 -

Variável	Categoria
Nacionalidade	1- Brasileira 2 – Estrangeira
Raça/cor	0 – Sem Informação 1 – Branca 2 – Preta 3 – Parda 4 – Amarela 5 - Indígena
Escolaridade	o – Sem Informação 1 – Analfabeta 2 – 1º. Grau Incompleto 3 – 1º. Grau Completo 4 – 2º. Grau Incompleto 5 – 2º. Grau Completo 6 – Superior Incompleto 7 – Superior Completo
Estado Marital	0 – Sem Informação 1 – Casada 2 – Solteira

Situação Do Companheiro

- 3 – Amasiada
- 4 – Divorciada/Desquitada/Separada
- 5 – Viúva

- 0 – Sem Informação
- 1 – Com Companheiro
- 2 – Sem Companheiro
- 3 – Com Companheira
- 4 – Companheiro Preso
- 5 – Companheiro Assassinado
- 6 – Companheiro Foragido

ANEXO 2

OCUPAÇÃO

Grande Grupo	Subgrupo – principal
1 – Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	12 – Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)
	14 – Gerentes
2 – Profissionais das ciências e artes	20 – Pesquisadores e profissionais policientíficos
	22 – Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
	23 – Profissionais do ensino
	24 – Profissionais das ciências jurídicas
	25 – Profissionais das ciências sociais e humanas
	26 – Comunicadores, artistas e religiosos
3 – Técnicos de nível médio	32 – Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins
	33 – Professores leigos e de nível médio
	35 – Técnicos de nível médio nas ciências administrativas
	37 – Técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos

	41 – Escriturários
4 – Trabalhadores de serviços administrativos	42 – Trabalhadores de atendimento ao público
	51 – Trabalhadores dos serviços
5 – Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	52 – Vendedores e prestadores de serviços do comércio
	61 – Produtores na exploração agropecuária
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	62 – Trabalhadores da exploração agropecuária
	72 – Trabalhadores da transformação de metais e compósitos
7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	75 – Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
	76 – Trabalhadores nas indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
	78 – Trabalhadores de funções transversais
	81 – Trabalhadores em indústria de processos contínuos e outras indústrias
8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	
	91 – Trabalhadores em serviços de

- 9 – Trabalhadores dos serviços de reparação e manutenção** reparação e manutenção mecânica
- 99 – Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Código	Tipo de informação
00 -	Sem Informação
01 -	Do Lar
02 -	Desempregada
03 -	Aposentada
04 -	Outros : autônoma, designer gráfico, estudante, metalúrgica, operária, web designer (não identificadas na CBO)

ANEXO 3

DELITOS

Títulos	Artigos correspondentes
01 - Dos crimes e das penas (relacionados com entorpecentes)	12, 14, 15, 16 e 18
02 – Do furto	155, 155 & 4º.
03 – Do roubo e da extorsão	157, 157 & 2º e 3º., 158 e 159
04 – Do estelionato e outras fraudes	171
05 – Dos crimes contra a vida	121, 121 & 2º.
06 – Da imputabilidade penal	28, 288
07 – Da falsidade documental	299, 304
08 – Dos crimes contra a liberdade individual	148
09 – Das lesões corporais	129
10 – Da periclitção da vida e da saúde	136
11 – Dos crimes contra a liberdade sexual	213, 214

12 – Da receptação	180
13 – Dos crimes contra a fé pública	289
14 – Outros:	10, 20, 69, 161, 211, 334, 337, 369, 38º
Da usurpação, Dos atos de improbidade administrativa, Do crime, Dos crimes contra o respeito aos mortos, da aplicação da pena, Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança, Das citações e intimações, Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral.	
0 – Sem informação	Não constava no prontuário

ANEXO 4

Idade (anos)	No. de Filhos	Tempo de Prisão (anos)	Tempo na PFC (anos)	Tempo de Condenação (anos)
20 a 29	Sem Filhos	< 1 a 5	< 1 a 5	Indefinida
20 a 39	1	6 a 9	6 a 9	1 a 4
40 a 49	2	10 a 13	10 a 13	5 a 8
50 a 59	3	14 a 17	14 a 17	9 a 12
60 e +	4	9 e +	18 e +	13 a 16
	5	Sem informação		17 e +
Sem Informação	6			
	7			
	8 e +			
	Sem Informação			

ANEXO 5**Portadora de HIV**

Sim

Não

Homossexualidade

Sim

Não

Visita íntima

Sim

Não

ANEXO 6

CONVITE

Convidamos as mulheres desta Penitenciária a participarem de um grupo de discussão sobre a questão da mulher e a visita íntima. Trata-se de um estudo sobre os significados da visita íntima para mulheres que optaram e para as que não optaram, embora possuam os pré-requisitos exigidos pela PFC para realização da visita íntima com seus parceiros.

Este convite é livre e voluntário. Qualquer dúvida em relação ao estudo e o grupo de discussão serão esclarecidos numa oportunidade.

As datas e horários para a realização dos grupos serão determinados de comum acordo com a Administração da PFC.

Antecipadamente agradeço a atenção.

As interessadas por favor dar o nome a Coordenadora da Visita íntima Sra.

SP - ____/____/____

Márcia de Lima

Aluna da Faculdade de Saúde Pública da USP

ANEXO 7**ROTEIRO TEMÁTICO - GRUPO FOCAL**

- Ser mulher e ser mulher presa
- A sexualidade (antes e depois da prisão)
- Por que fazer a visita íntima
- Por que não fazer a visita íntima
- O que significa a visita íntima (limites e possibilidades)

ANEXO 8**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Fui informada a respeito da presente pesquisa, intitulada “ DA VISITA ÍNTIMA À INTIMIDADE DA VISITA: A MULHER NO SISTEMA PRISIONA “, que está sendo realizada por Márcia de Lima, aluna matriculada no programa de pós graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – Mestrado, na área de concentração saúde Materno-Infantil. O estudo consiste em compreender os significados da visita íntima, entre mulheres presas na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, utilizando, como técnicas para a investigação o grupo focal. Tive a explicação que minha participação neste grupo focal consistirá em discutir um roteiro temático, abordando assuntos como: ser mulher no sistema prisional, visita íntima, não sendo tratado nenhum aspecto em relação ao julgamento de meu delito. Será conduzido por um mediador e um observador que registrarão em diário de campo os dados para análise, devendo também ser utilizado o gravador. Os conteúdos das falas ficarão em posse somente da pesquisadora. Também fui informada que não haverá identificação nominal. Fui informada que a minha participação na pesquisa é livre e a minha aceitação não implicará em nenhum prejuízo ou vantagem de ordem institucional ou pessoal. Os resultados deste estudo serão utilizados para elaboração da dissertação de mestrado e sua publicação . Este termo de consentimento foi lido em conjunto com a pesquisadora e anotarei no verso minha idade, escolaridade, tempo de prisão, tempo de condenação e artigo envolvido. Concordo em participar deste grupo focal de forma livre e esclarecida, ficando com uma cópia deste documento.

Data : ____/____/____

Assinaturas:

Pesquisadora:_____

Participante do Grupo Focal:_____